

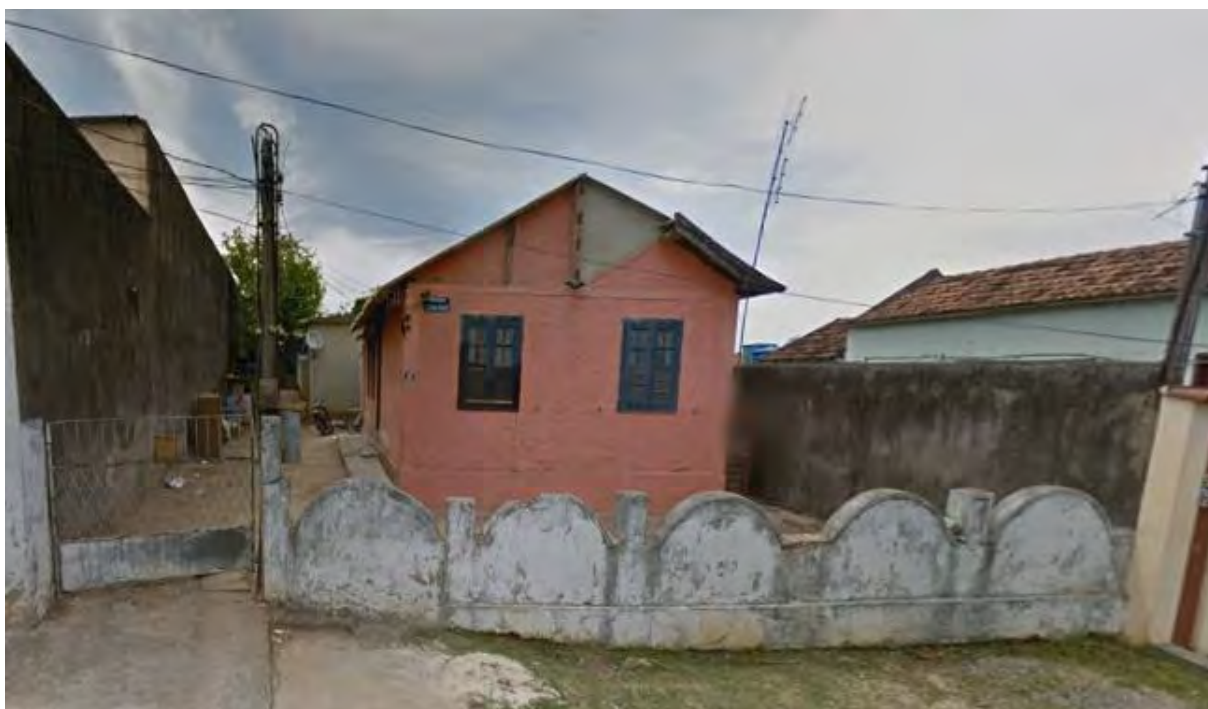
As imagens contribuíram para a composição volumétrica do objeto, possibilitando a construção de um modelo tridimensional.

Figura 84: Fotografia da fachada do imóvel



Fonte: Acervo do IRPH, aproximadamente 1980.

Figura 85: Imagem da fachada do imóvel



Fonte: Google Street View, 2014.

Com os dados históricos obtidos foi gerada a documentação do imóvel conforme seu estado de conservação mais antigo (ainda com seus elementos preservados), e com as imagens do levantamento com drone foi gerada a documentação conforme o estado atual da edificação. O modelo 3D e os desenhos arquitetônicos foram elaborados utilizando o software Sketchup e a técnica utilizada para desenvolver a geometria do objeto consistiu na prática de desenho de observação aplicado aos recursos digitais.

Figura 86: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 87: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



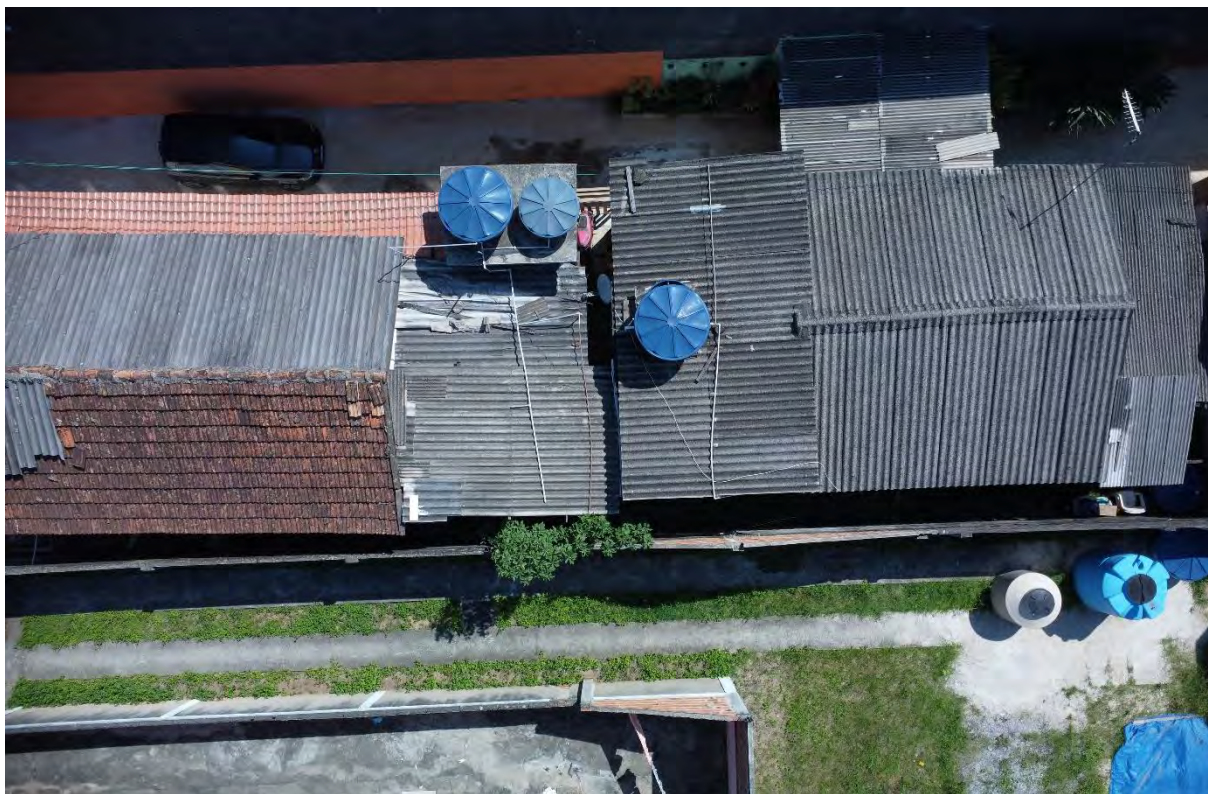
Fonte: Acervo do autor.

Figura 88: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 89: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 90: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

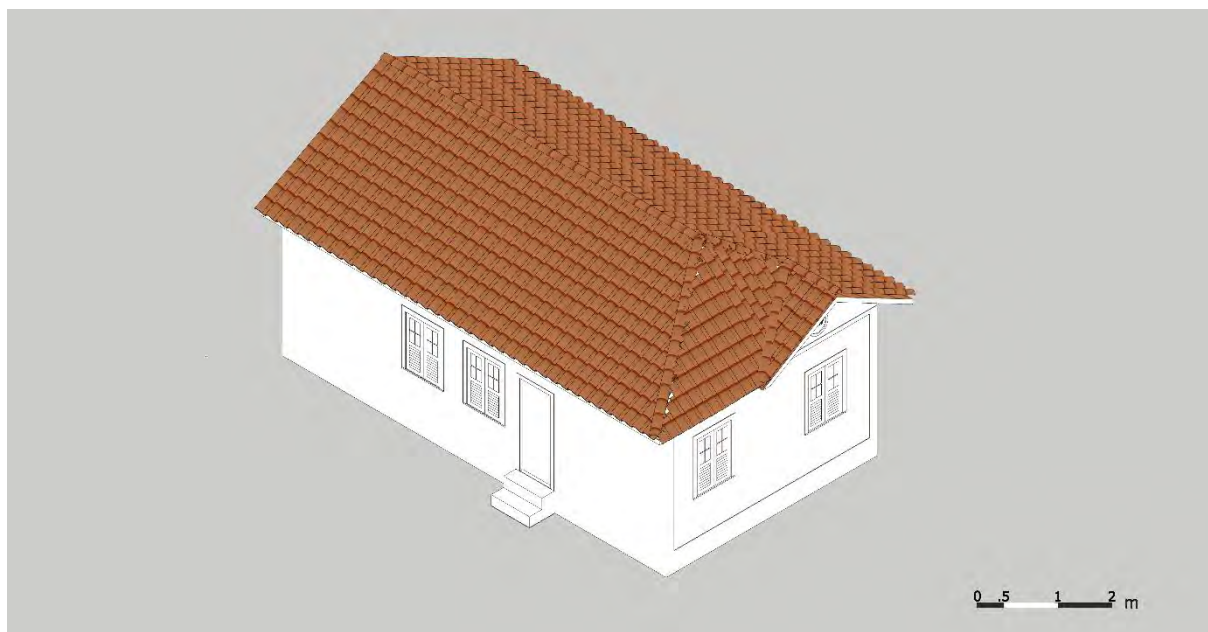
Analisando o estado de conservação atual dessa edificação e suas alterações ao longo dos anos, podemos ver que a arquitetura, embora mantenha parte da estrutura e da volumetria original, evidencia uma significativa perda de autenticidade material e estética. A fotografia antiga revela uma casa de tipologia simples, com fachada clara, esquadrias em madeira natural e elementos harmônicos ao conjunto arquitetônico da época, transmitindo uma leitura coerente com o estilo e o período de sua construção.

Em seu estado atual, observa-se a substituição da pintura por uma cor alaranjada intensa, que destoia do caráter original e descaracteriza a sobriedade típica das edificações históricas. As esquadrias, embora mantenham o desenho semelhante, apresentam repintura e sinais de desgaste. Adições posteriores, como antenas, caixas d'água e o uso de materiais sem critérios de integração visual, comprometem ainda mais a integridade do conjunto.

Originalmente, a casa apresentava um telhado de quatro águas, característica típica das construções residenciais do início do século XX, que conferia destaque ao frontão ornamentado e equilibrava as proporções da fachada. Na configuração atual, observa-se a substituição por um telhado de duas águas, resultando em uma volumetria simplificada e na perda do elemento compositivo que conferia identidade à edificação. Apesar disso, o imóvel conserva o detalhe do frontão datado de 1947, um resquício de sua configuração inicial e seu valor histórico.

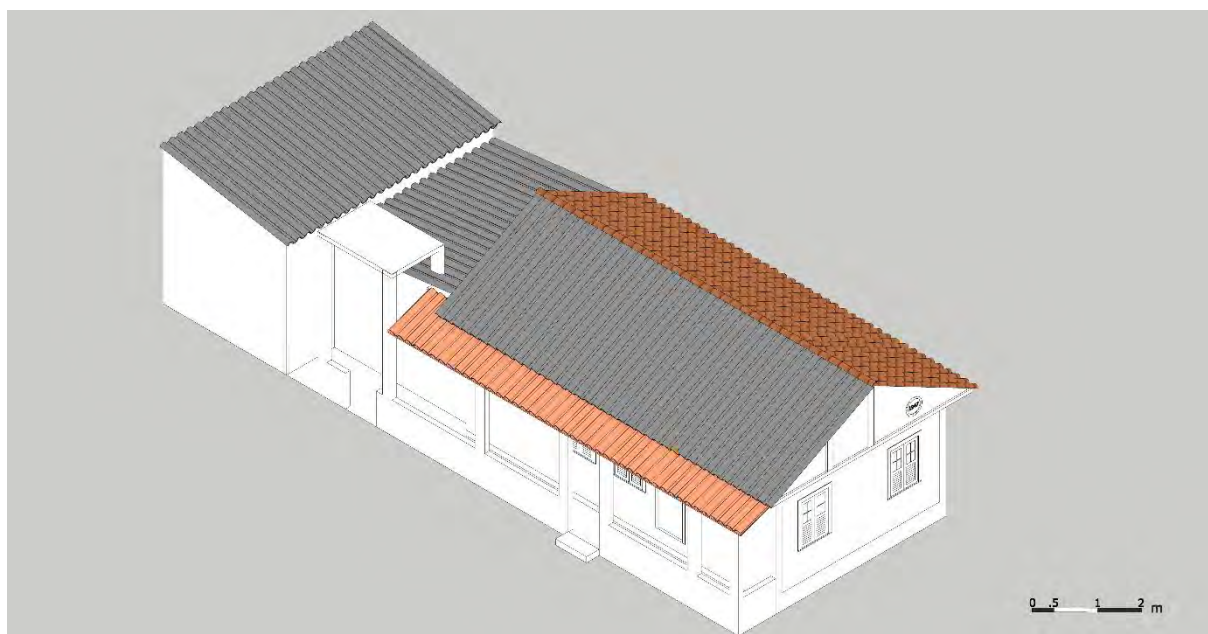
A ausência de manutenção adequada e a aplicação de soluções construtivas improvisadas evidenciam a falta de fiscalização e de políticas públicas efetivas voltadas à conservação das edificações da região, especialmente as de menor porte, que acabam sendo progressivamente descaracterizadas por intervenções cotidianas sem acompanhamento técnico.

Figura 91: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



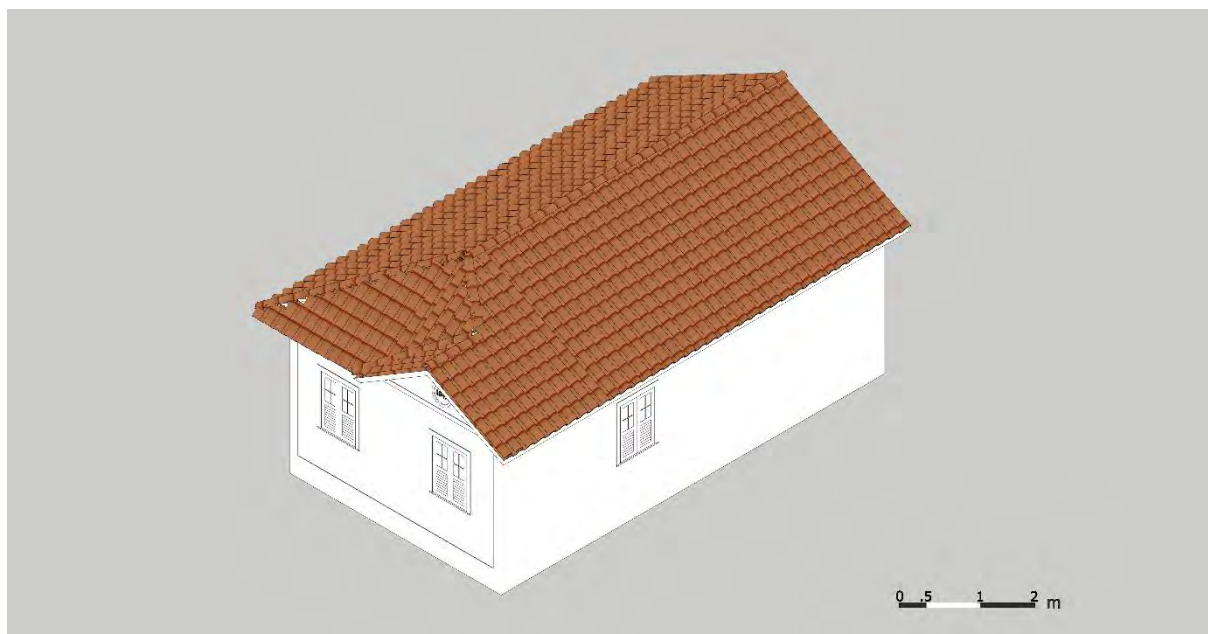
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 92: Documentação da edificação conforme seu estado atual



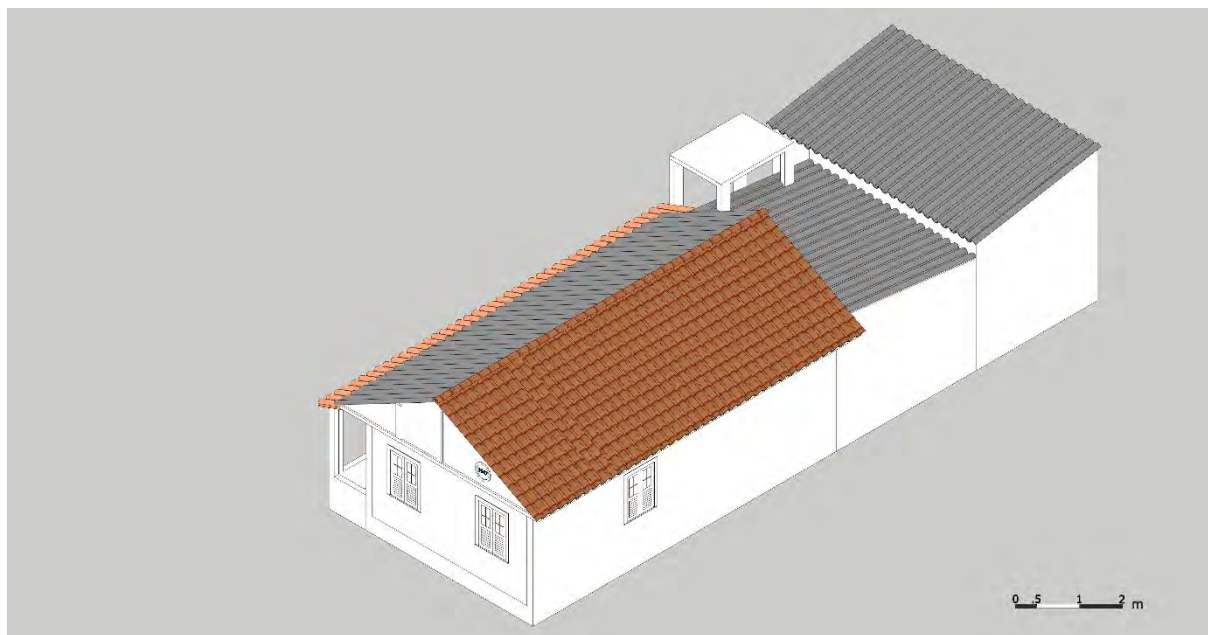
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 93: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 94: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

5.4 Rua do Cruzeiro, 33

Neste imóvel, a edificação que havia sido preservada pelo instrumento da APAC de Santa Cruz foi totalmente demolida, dando lugar a uma nova construção. Os parâmetros urbanísticos são respeitados pela nova residência que foi construída, por isso o quadro abaixo indica “preservado”.

Quadro 15: Parâmetros urbanísticos do imóvel situado na Rua do Cruzeiro, 33

PARÂMETROS URBANÍSTICOS	SITUAÇÃO ATUAL
Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços	Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços
Subzona: A	Subzona: A
Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,0	Preservado
Taxa de ocupação: 85%	Preservado
Gabarito máximo: 3 pavimentos e/ou 11 metros	Preservado
Afastamento frontal mínimo: 3 metros	Preservado

Fonte: Plano Diretor de 2024

O imóvel que um dia foi patrimônio histórico do bairro, hoje não existe mais. Vizinhos relatam que a construção histórica foi completamente demolida, e há anos uma nova casa caracteriza a edificação do lote. Os padrões construtivos são comuns da contemporaneidade, e não há qualquer vestígio da antiga edificação.

Quadro 16: Elementos arquitetônicos que devem ser preservados no imóvel situado na Rua do Cruzeiro, 33

ELEMENTOS A SEREM PRESERVADOS	SITUAÇÃO ATUAL
Altura	Não preservado
Dimensões e proporções de vãos	Não preservado
Ornatos	Não preservado
Frontões	Não preservado
Materiais de revestimentos de fachada	Não preservado
Entelhamento da cobertura	Não preservado
Muros em painéis vazados de cimento armado	Não preservado

Fonte: Decreto nº 12.524 – APAC de Santa Cruz

O projeto original da edificação, de 1926, encontra-se no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Os desenhos ajudaram a compor a volumetria do objeto, possibilitando a construção de um modelo tridimensional.

Figura 95: Desenho da fachada do imóvel



Fonte: Acervo do AGCRJ.

Com os dados históricos obtidos foi gerada a documentação do imóvel conforme seu estado de conservação mais antigo (ainda com seus elementos preservados), e com as imagens do levantamento com drone foi gerada a documentação conforme o estado atual da edificação. O modelo 3D e os desenhos arquitetônicos foram elaborados utilizando o software Sketchup e a técnica utilizada para desenvolver a geometria do objeto consistiu na prática de desenho de observação aplicado aos recursos digitais.

Figura 96: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 97: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



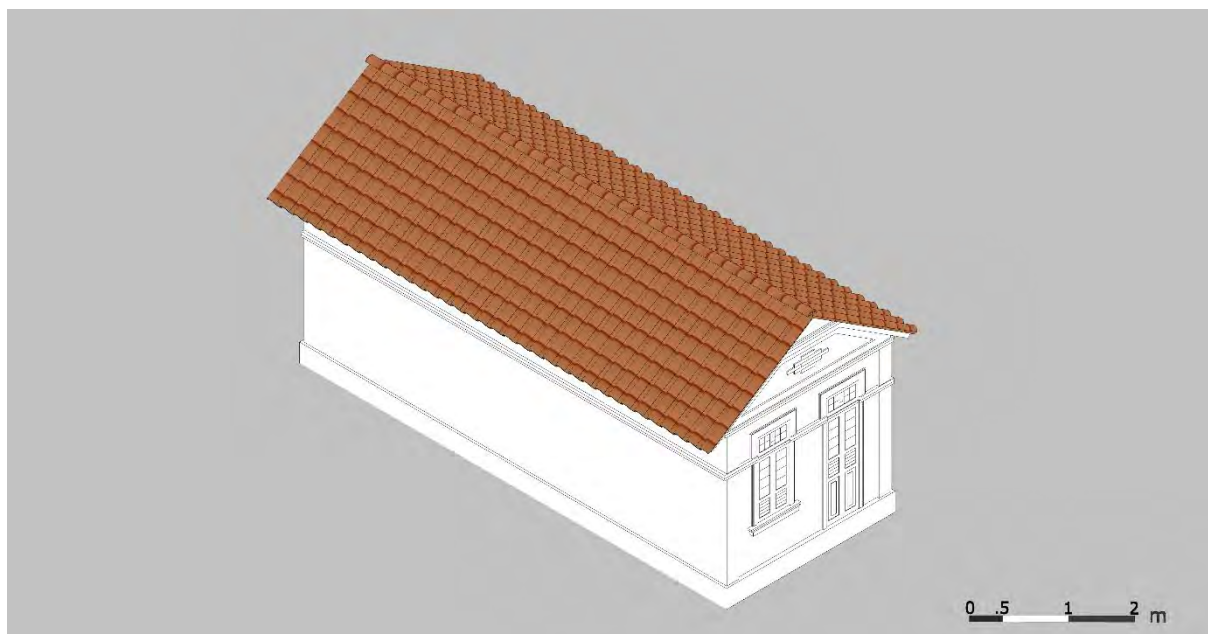
Fonte: Acervo do autor.

De acordo com o projeto, na antiga construção, de arquitetura histórica, observava-se uma edificação térrea, de implantação simples, com fachada frontal simétrica, coroada por platibanda decorativa e elementos de cunhais. A cobertura apresentava duas águas, com beiral discreto, respeitando o padrão arquitetônico predominante do período.

Em contrapartida, o modelo atual construído evidencia diferenças expressivas com relação ao imóvel original: a edificação foi ampliada em altura, recebendo mais de um pavimento, o que alterou a relação de escala com o entorno. A nova configuração incorpora varandas, novos planos de cobertura em diferentes níveis, e aberturas em esquadrias que não seguem os padrões construtivos tradicionais.

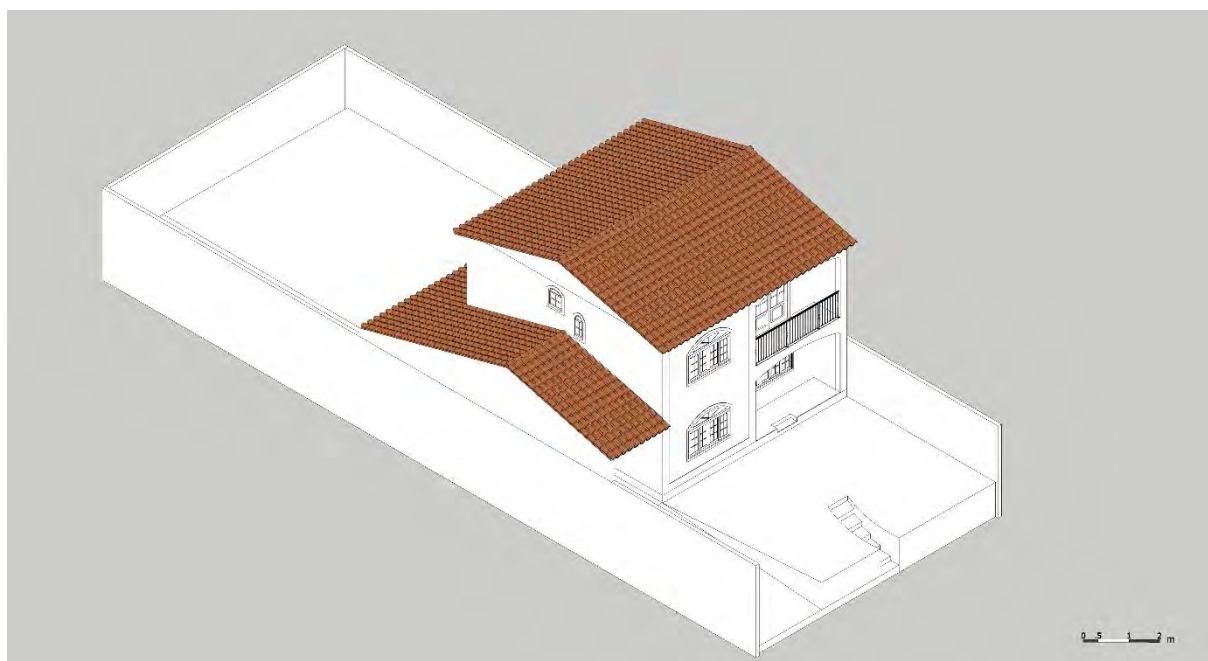
Tais mudanças evidenciam o processo recorrente de descaracterização dos imóveis da APAC, principalmente quando não há orientação técnica ou aprovação prévia do órgão de tutela. Embora os limites do lote tenham sido mantidos, a demolição da construção destruiu totalmente a autenticidade e a integridade do bem como parte da paisagem cultural do bairro, resultando na perda de atributos arquitetônicos que compõem a memória coletiva local.

Figura 98: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



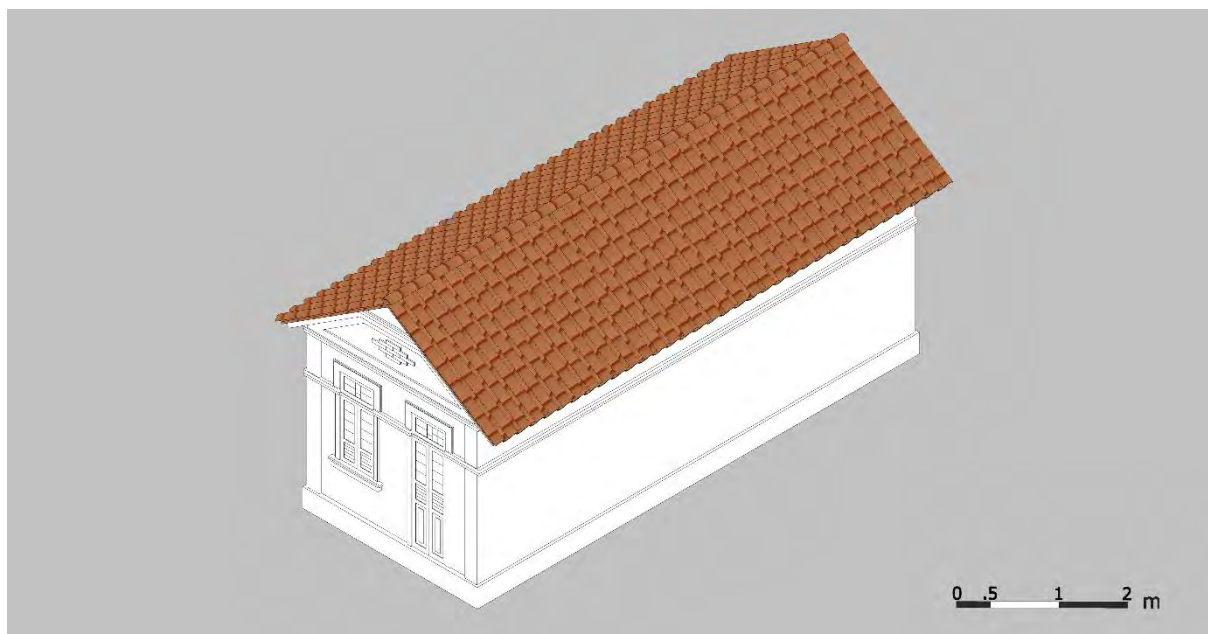
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 99: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 100: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 101: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

5.5 Rua do Cruzeiro, 57

O imóvel respeita os parâmetros urbanísticos definidos para o endereço. Houve um pequeno acréscimo de construção dentro do lote, mas sem infringir o limite da taxa de ocupação permitida.

Quadro 17: Parâmetros urbanísticos do imóvel situado na Rua do Cruzeiro, 57

PARÂMETROS URBANÍSTICOS	SITUAÇÃO ATUAL
Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços	Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços
Subzona: A	Subzona: A
Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,0	Preservado
Taxa de ocupação: 85%	Preservado
Gabarito máximo: 3 pavimentos e/ou 11 metros	Preservado
Afastamento frontal mínimo: 3 metros	Preservado

Fonte: Plano Diretor de 2024

Quanto aos elementos arquitetônicos, o imóvel apresenta bom estado de caracterização, possuindo desde os vãos da fachada, até os ornamentos e cobertura original. O corpo da edificação e seus detalhes típicos estão preservados, o que torna essa edificação um dos poucos exemplares do conjunto nesta condição.

Quadro 18: Elementos arquitetônicos que devem ser preservados no imóvel situado na Rua do Cruzeiro, 57

ELEMENTOS A SEREM PRESERVADOS	SITUAÇÃO ATUAL
Altura	Preservado
Dimensões e proporções de vãos	Preservado
Ornatos	Preservado
Frontões	Preservado
Materiais de revestimentos de fachada	Preservado
Entelhamento da cobertura	Preservado
Muros em painéis vazados de cimento armado	Não preservado

Fonte: Decreto nº 12.524 – APAC de Santa Cruz

O projeto original da edificação, de 1925, encontra-se no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o acervo do IRPH guarda uma fotografia da fachada

principal, apesar de não ter ano de registro. Se observarmos o projeto original e a fotografia antiga veremos algumas diferenças compositivas, onde é possível notar que a edificação não foi construída seguindo fielmente o projeto. Há semelhanças formais e conceituais, mas a cobertura, a varanda e alguns detalhes do frontão da fachada são diferentes do projeto.

Figura 102: Desenho da fachada do imóvel



Fonte: Acervo do AGCRJ.

Figura 103: Fotografia da fachada do imóvel



Fonte: Acervo do IRPH.

Com os dados históricos obtidos foi gerada a documentação do imóvel conforme seu estado de conservação mais antigo (ainda com seus elementos preservados), e com as imagens do levantamento com drone foi gerada a documentação conforme o estado atual da edificação. O modelo 3D e os desenhos arquitetônicos foram elaborados utilizando o software Sketchup e a técnica utilizada para desenvolver a geometria do objeto consistiu na prática de desenho de observação aplicado aos recursos digitais.

Figura 104: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 105: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 106: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



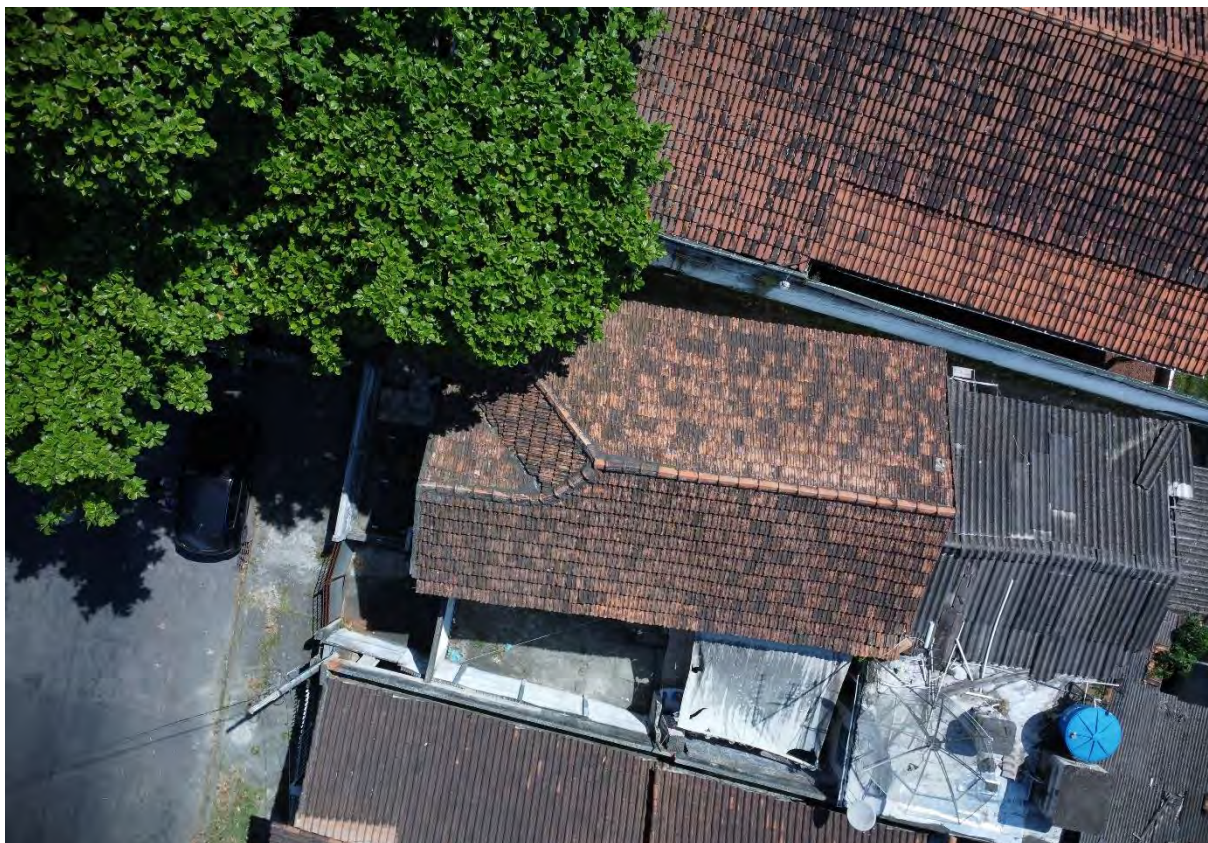
Fonte: Acervo do autor.

Figura 107: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 108: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023

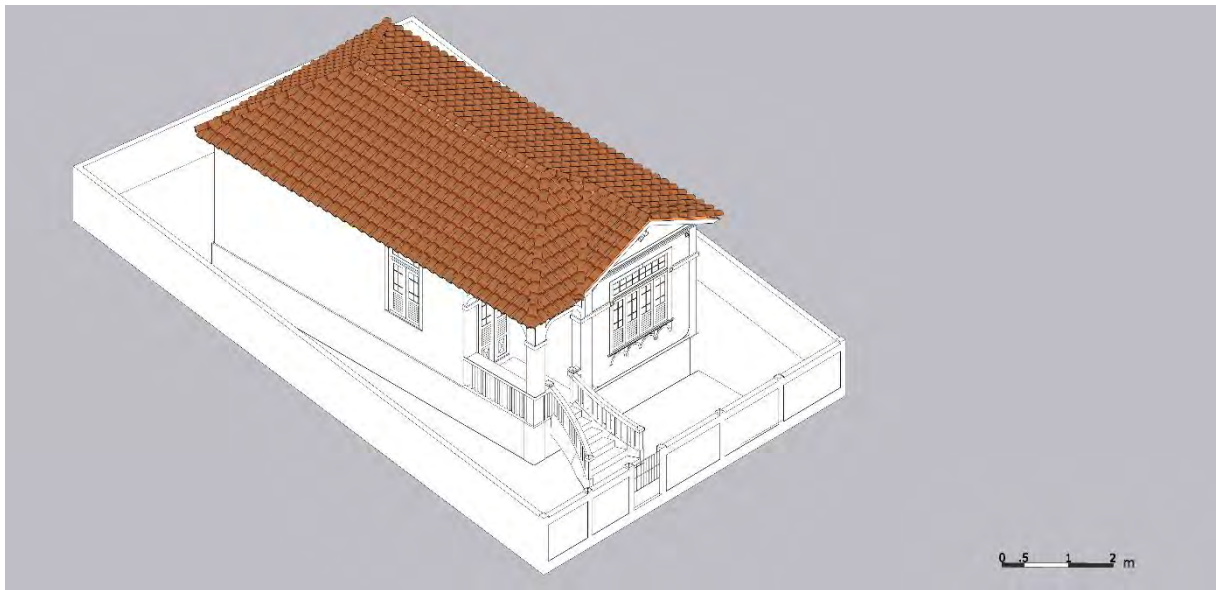


Fonte: Acervo do autor.

Apesar do acréscimo de construção edificado junto ao imóvel histórico, a edificação apresenta um estado de conservação notável, demonstrando a preservação de características arquitetônicas originais, mesmo com o passar dos anos. Elementos como as esquadrias de madeira com bandeiras de vidro colorido, as molduras decorativas na fachada e a composição simétrica permanecem bem definidos e íntegros. A manutenção da volumetria, da cobertura e dos ornamentos evidencia o cuidado dos ocupantes em preservar o valor histórico e estético do imóvel.

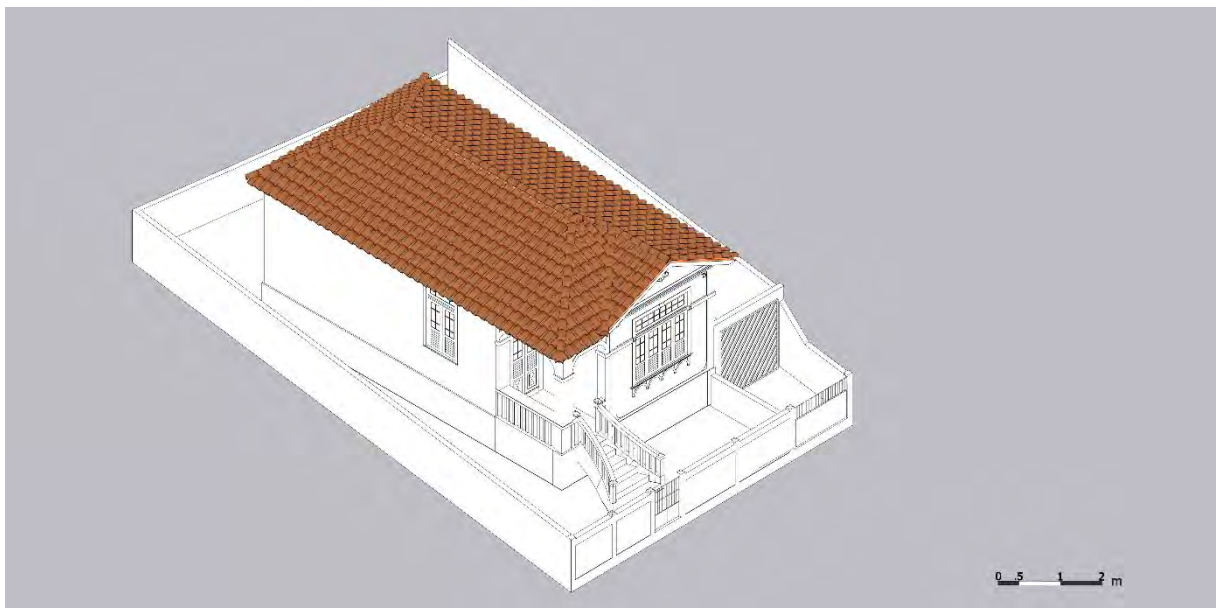
Percebe-se que houve uma pequena modificação no muro, com inserção de um novo portão lateral, e a construção de mais um muro com portão ao lado da fachada frontal. Ambos não interferem significativamente na percepção visual do bem.

Figura 109: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



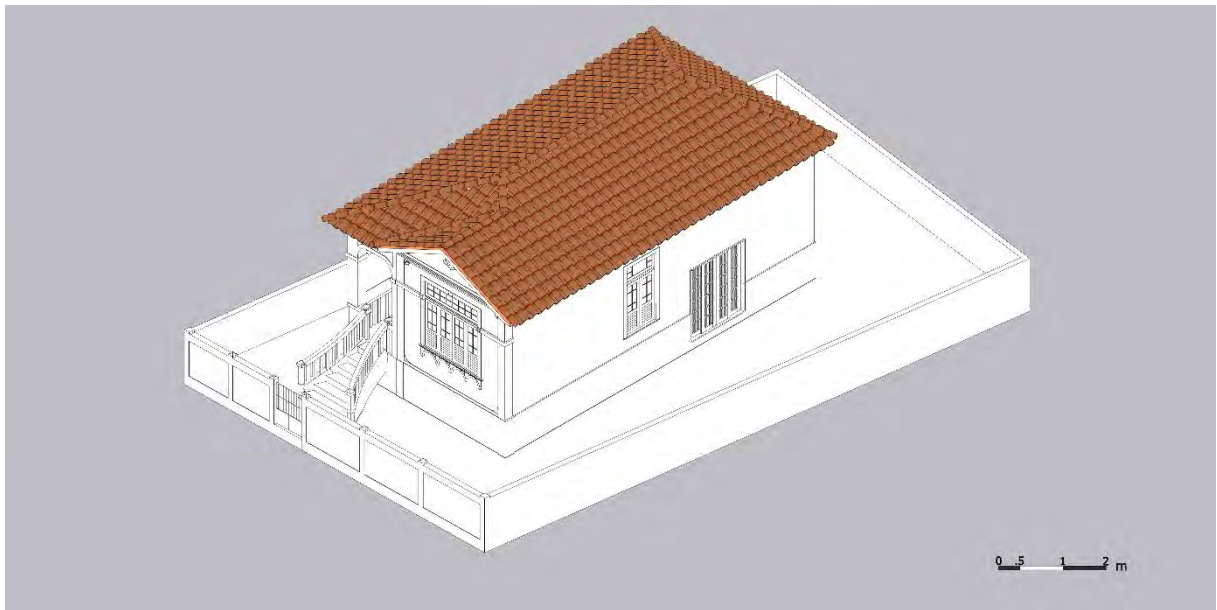
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 110: Documentação da edificação conforme seu estado atual



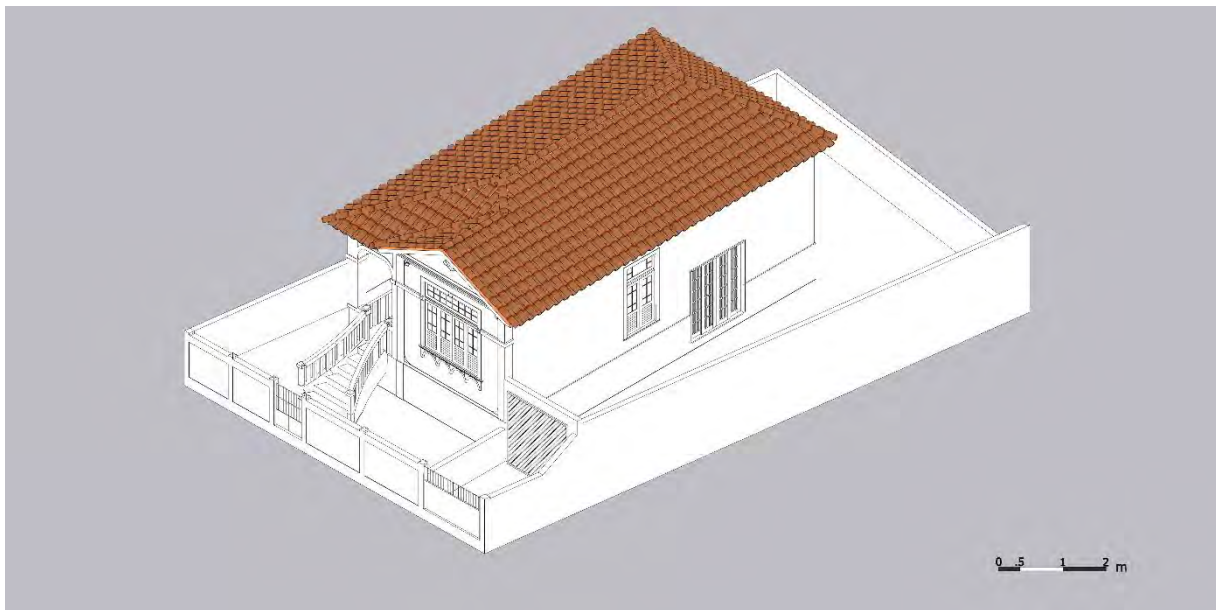
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 111: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 112: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

5.6 Rua do Cruzeiro, 59

Quanto aos parâmetros urbanísticos, o imóvel ultrapassa a taxa de ocupação permitida, devido as coberturas de varanda que foram adicionadas ao redor da edificação. Apesar disso, a altura e o afastamento frontal são respeitados.

Quadro 19: Parâmetros urbanísticos do imóvel situado na Rua do Cruzeiro, 59

PARÂMETROS URBANÍSTICOS	SITUAÇÃO ATUAL
Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços	Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços
Subzona: A	Subzona: A
Coefficiente de aproveitamento máximo: 2,0	Preservado
Taxa de ocupação: 85%	Não preservado
Gabarito máximo: 3 pavimentos e/ou 11 metros	Preservado
Afastamento frontal mínimo: 3 metros	Preservado

Fonte: Plano Diretor de 2024

Quanto aos elementos arquitetônicos, o imóvel manteve sua altura original, no entanto foi totalmente descaracterizado nos demais aspectos. Fachada, cobertura, vãos e elementos decorativos foram perdidos ao longo do tempo, principalmente em virtude das obras de reforma visíveis.

Quadro 20: Elementos arquitetônicos que devem ser preservados no imóvel situado na Rua do Cruzeiro, 59

ELEMENTOS A SEREM PRESERVADOS	SITUAÇÃO ATUAL
Altura	Preservado
Dimensões e proporções de vãos	Não preservado
Ornatos	Não preservado
Frontões	Não preservado
Materiais de revestimentos de fachada	Não preservado
Entelhamento da cobertura	Não preservado
Muros em painéis vazados de cimento armado	Não preservado

Fonte: Decreto nº 12.524 – APAC de Santa Cruz

O projeto original da edificação, de 1926, encontra-se no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Os desenhos ajudaram a compor a volumetria do objeto,

possibilitando a construção de um modelo tridimensional.

Figura 113: Projeto da fachada do imóvel, sem ornatos



Fonte: Acervo do AGCRJ.

Figura 114: Projeto da fachada do imóvel, com ornamentos



Fonte: Acervo do AGCRJ.

Com os dados históricos obtidos foi gerada a documentação do imóvel conforme seu estado de conservação mais antigo (ainda com seus elementos preservados), e com as imagens do levantamento com drone foi gerada a documentação conforme o estado atual da edificação. O modelo 3D e os desenhos arquitetônicos foram elaborados utilizando o software Sketchup e a técnica utilizada para desenvolver a geometria do objeto consistiu na prática de desenho de observação aplicado aos recursos digitais.

Figura 115: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 116: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



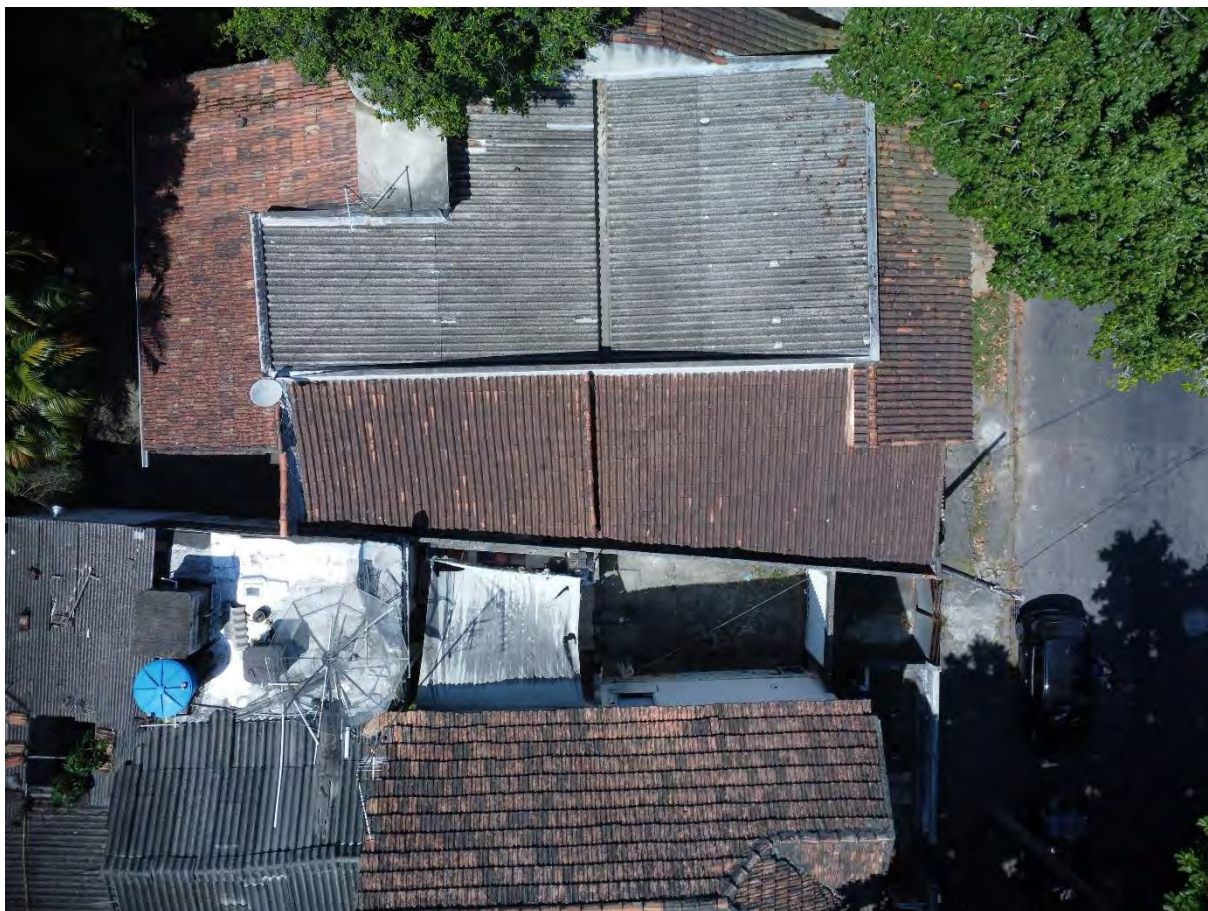
Fonte: Acervo do autor.

Figura 117: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 118: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023

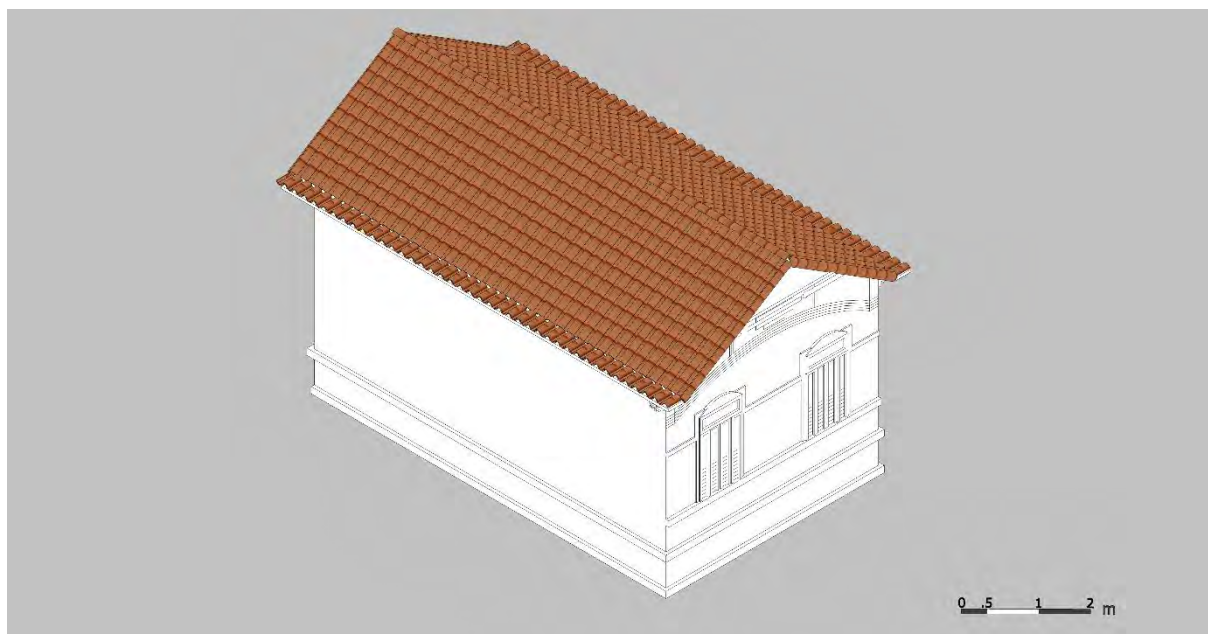


Fonte: Acervo do autor.

A edificação sofreu grandes transformações arquitetônicas, desde sua construção original até o estado atual de conservação, resultando numa descaracterização completa. A fachada original apresentava características tipológicas bem definidas, com simetria nas aberturas, esquadrias em madeira com bandeiras superiores envidraçadas e telhado com destaque arquitetônico na platibanda e na ornamentação frontal.

Atualmente, a configuração atual da edificação revela intervenções substanciais que alteraram a volumetria e os elementos originais. A fachada foi profundamente modificada com a inserção de uma varanda com colunas e arcos que não correspondem ao estilo original. As esquadrias de madeira foram substituídas por elementos metálicos com grades de proteção e a ornamentação foi completamente removida.

Figura 119: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 120: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 121: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 122: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

5.7 Rua Marquês de Maricá, 33

Quanto aos parâmetros urbanísticos, o imóvel respeita as diretrizes definidas no Plano Diretor.

Quadro 21: Parâmetros urbanísticos do imóvel situado na Rua Marquês de Maricá, 33

PARÂMETROS URBANÍSTICOS	SITUAÇÃO ATUAL
Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços	Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços
Subzona: A	Subzona: A
Coefficiente de aproveitamento máximo: 2,0	Preservado
Taxa de ocupação: 85%	Preservado
Gabarito máximo: 3 pavimentos e/ou 11 metros	Preservado
Afastamento frontal mínimo: 3 metros	Preservado

Fonte: Plano Diretor de 2024

Quanto a arquitetura, o imóvel manteve sua altura característica, no entanto teve seus elementos totalmente descaracterizados. Fachada, cobertura, vãos e elementos decorativos foram totalmente perdidos ao longo do tempo, principalmente em virtude das obras de reforma visíveis.

Quadro 22: Elementos arquitetônicos que devem ser preservados no imóvel situado na Rua Marquês de Maricá, 33

ELEMENTOS A SEREM PRESERVADOS	SITUAÇÃO ATUAL
Altura	Preservado
Dimensões e proporções de vãos	Não preservado
Ornatos	Não preservado
Frontões	Não preservado
Materiais de revestimentos de fachada	Não preservado
Entelhamento da cobertura	Não preservado
Muros em painéis vazados de cimento armado	Não preservado

Fonte: Decreto nº 12.524 – APAC de Santa Cruz

Como a edificação não possui projeto original arquivado na Prefeitura e nem mesmo dados históricos no acervo do IRPH, buscamos informações no Google Maps e Google Street View. As imagens datam a partir de 2010, e ajudaram no processo de análise e comparação.

Até 2011 a edificação ainda apresentava a conformação original da cobertura, mas os vãos já estavam descaracterizados. A partir de 2014 a edificação passa por severas modificações, gerando o grau de caracterização conforme vemos hoje.

Figura 123: Registro da edificação em 2010



Fonte: Google Maps.

Figura 124: Registro da edificação em 2010



Fonte: Google Maps.

Figura 125: Registro da edificação em 2011



Fonte: Google Maps.

Figura 126: Registro da edificação em 2014



Fonte: Google Maps.

Com os dados históricos obtidos foi gerada a documentação do imóvel conforme seu estado de conservação mais antigo (ainda com seus elementos preservados), e com as imagens do levantamento com drone foi gerada a documentação conforme o estado atual da edificação. O modelo 3D e os desenhos arquitetônicos foram elaborados utilizando o software Sketchup, ferramenta digital de representação arquitetônica. A técnica utilizada para desenvolver a geometria do objeto consistiu na prática de desenho de observação aplicado diretamente aos recursos digitais, técnica que representa bem a composição e forma do objeto, dispensando medidas de levantamento.

Figura 127: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 128: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 129: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 130: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023

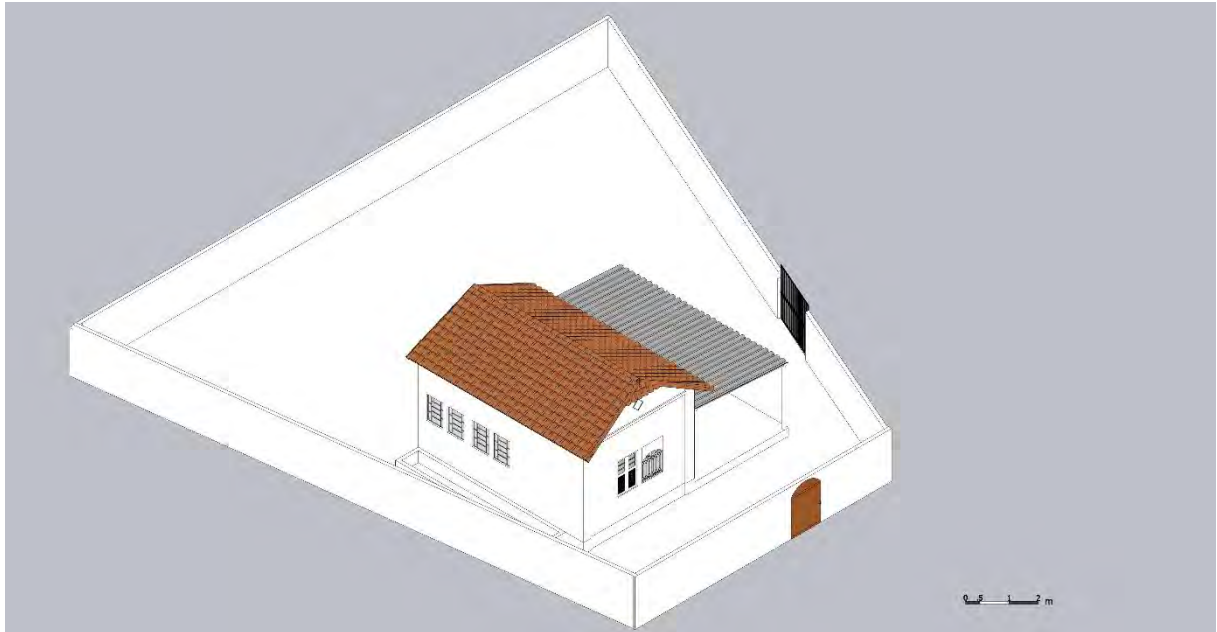


Fonte: Acervo do autor.

A edificação apresenta mudanças drásticas em relação à sua configuração original, resultando numa perda completa das características arquitetônicas históricas. Originalmente, o imóvel possuía elementos típicos da arquitetura residencial tradicional da região, como telhado em telhas cerâmicas, esquadrias em madeira e detalhes ornamentais discretos, compondo uma fachada simples e equilibrada. Em contrapartida, a situação atual demonstra uma total descaracterização, onde se observa a substituição integral da cobertura tradicional por uma laje plana, o que altera significativamente o volume e a percepção visual do imóvel.

As esquadrias originais também foram removidas e substituídas por janelas metálicas protegidas por grades, elementos que contribuem para a perda da autenticidade visual da fachada. Além disso, o acréscimo de construções e coberturas laterais sem correspondência com o estilo original agrava ainda mais a descaracterização. As intervenções demonstram a falta de critérios técnicos adequados durante as modificações, refletindo não apenas a ausência de políticas eficazes de fiscalização, mas também a necessidade urgente de conscientização patrimonial e suporte técnico para os proprietários e moradores.

Figura 131: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



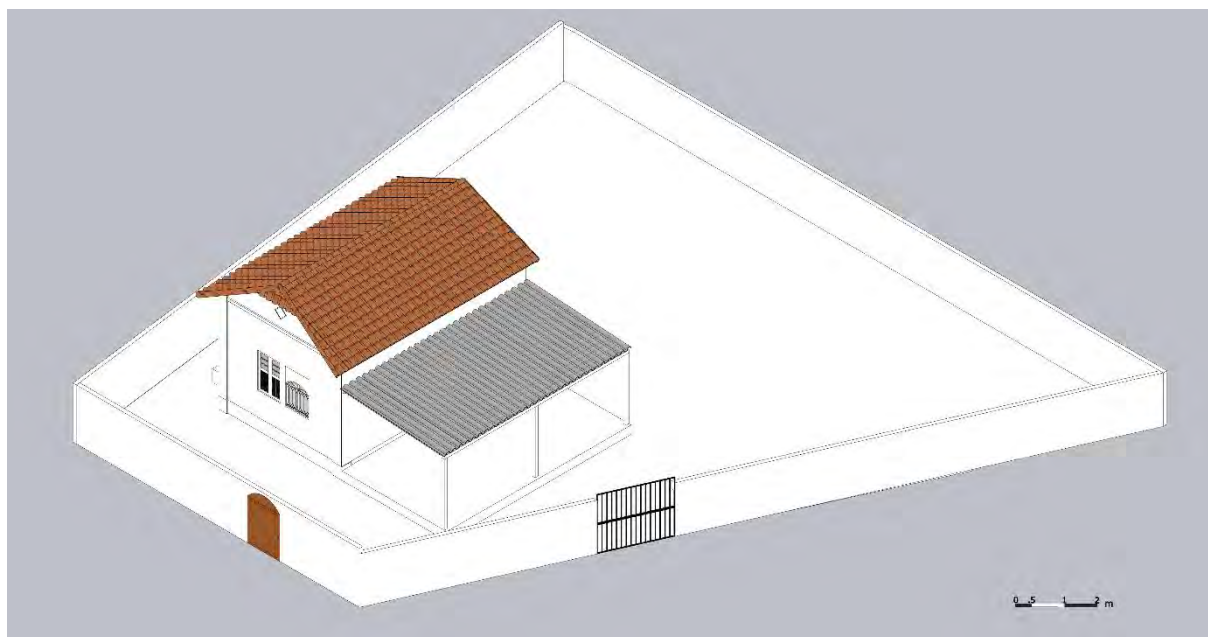
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 132: Documentação da edificação conforme seu estado atual



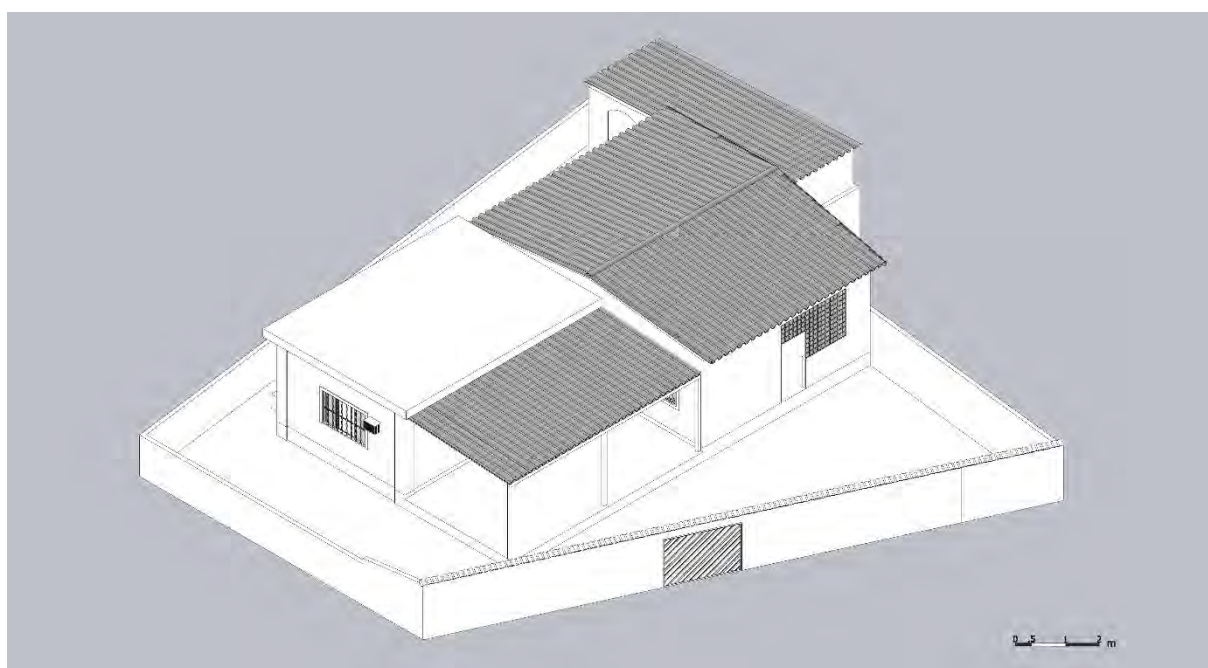
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 133: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 134: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

5.8 Rua Murtinho de Campos, 67/69/71

Neste endereço, o imóvel preservado foi quase que totalmente demolido e transformado em estacionamento, por isso, comparar os índices para bens edificáveis não faz tanto sentido, uma vez que não há construção no lote. Para fins de preenchimento, consideraremos como “preservado” os critérios que não são infringidos pelo novo uso comercial.

Quadro 23: Parâmetros urbanísticos do imóvel situado na
Rua Murtinho de Campos, 67/69/71

PARÂMETROS URBANÍSTICOS	SITUAÇÃO ATUAL
Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços	Zona: ZCS – Zona Comercial e de Serviços
Subzona: A	Subzona: A
Coefficiente de aproveitamento máximo: 2,0	Preservado
Taxa de ocupação: 85%	Preservado
Gabarito máximo: 3 pavimentos e/ou 11 metros	Preservado
Afastamento frontal mínimo: 3 metros	Preservado

Fonte: Plano Diretor de 2024

Quanto aos elementos arquitetônicos, foram quase que totalmente perdidos. A edificação que originalmente possuía 3 unidades habitacionais, hoje possui apenas uma das fachadas, e em ruínas. O terreno deu lugar a fins comerciais, e o pouco que ainda resta do patrimônio está em grave estado de conservação.

Quadro 24: Elementos arquitetônicos que devem ser preservados no imóvel situado na
Rua Murtinho de Campos, 67/69/71

ELEMENTOS A SEREM PRESERVADOS	SITUAÇÃO ATUAL
Altura	Preservado
Dimensões e proporções de vãos	Não preservado
Ornatos	Não preservado
Frontões	Não preservado
Materiais de revestimentos de fachada	Não preservado
Entelhamento da cobertura	Não preservado
Muros em painéis vazados de cimento armado	Não preservado

Fonte: Decreto nº 12.524 – APAC de Santa Cruz

Como a edificação não possui projeto original arquivado na Prefeitura, buscamos informações no IRPH. Há no acervo uma ficha de cadastro elaborada em junho de 2008, que indica o grau de caracterização e o grau de conservação, além da descrição da tipologia, linguagem estilística e materiais de acabamento. Também encontramos uma fotografia antiga, mas sem registro de data.

Pela ausência de fiscalização e monitoramento, não se sabe exatamente em que ano a edificação foi demolida, ou mesmo se foi um processo gradual.

Figura 135: Fichas de cadastro da edificação

 PREFEITURA PATRIMÔNIO CULTURAL		Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural Coordenadoria de Proteção e Conservação		CADASTRO ARQUITETÔNICO Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Cruz	
Endereço: Rua Murinho Campos, 67 <i>OK</i>		Período:		Endereço: Rua Murinho Campos, 69 <i>+ alameda</i>	
Fotografia: 		Nº de Pavimentos: 1 Grau de Caracterização: ☐ Descaracterizado Irrecuperável ☐ Descaracterizado Recuperável ☒ Caracterizado		Fotografia: 	
Grau de Conservação: ☐ Ruína Regular ☐ ☒ Ruim Bom ☐		Observações:		Grau de Conservação: ☐ Ruína Regular ☐ ☒ Ruim Bom ☐	
Observações:		Observações:		Observações:	
TIPOLOGIA ☐ Chalet ☐ Palacete em centro de terreno ☐ Casa sobre porão ☐ Lojas ☐ Vila		Casa com varanda de acesso entalada ☐ Casa Térrea ☐ Casa Térrea Geminada ☒ Sobrados ☐ Galpão ☐		TIPOLOGIA ☐ Chalet ☐ Palacete em centro de terreno ☐ Casa sobre porão ☐ Lojas ☐ Vila	
LINGUAGEM ESTILÍSTICA ☒ Singela sem traços de erudição ☐ Art Déco ☐ Neoclássica ☐ Neocolonial		Moderna ☐ Ecletica ☐ Art Nouveau ☐		LINGUAGEM ESTILÍSTICA ☒ Singela sem traços de erudição ☐ Art Déco ☐ Neoclássica ☐ Neocolonial	
ACABAMENTOS - FACHADAS ☐ Cantaria ☐ Estuque ☐ Madeira ☒ Argamassa		Azulejo ☐ Serralharia ☐ Ornamentos ☐		ACABAMENTOS - FACHADAS ☐ Cantaria ☐ Estuque ☐ Madeira ☒ Argamassa	

Junho 2008 35

Fonte: Acervo do IRPH.

Figura 136: Ficha de cadastro da edificação

 PREFEITURA PATRIMÔNIO CULTURAL		Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural Coordenadoria de Proteção e Conservação	
Endereço: Rua Murtinho Campos, 71 <i>+ atual</i>		Período:	Endereço:
Fotografia: 		Nº de Pavimentos: 1 Grau de Caracterização: ☐ Descaracterizado Irrecuperável ☐ Descaracterizado Recuperável ☒ Caracterizado Grau de Conservação: ☐ Ruína Regular ☐ ☒ Ruim Bom ☐ Observações:	
TIPOLOGIA ☐ Chalet ☐ Palacete em centro de terreno ☐ Casa sobre porão ☐ Lojas ☐ Vila ☐ Casa com varanda de acesso entalada ☐ Casa Térrea ☒ Casa Térrea Geminada ☐ Sobrados ☐ _____			
LINGUAGEM ESTILÍSTICA ☒ Singela sem traços de erudição ☐ Art Déco ☐ Neoclássica ☐ Neocolonial ☐ Moderna ☐ Eclética ☐ Art Nouveau ☐ _____			
ACABAMENTOS - FACHADAS ☐ Cantaria ☐ Estuque ☐ Madeira ☒ Argamassa ☐ Azulejo ☐ Serralharia ☐ Ornamentos ☐ _____			

Fonte: Acervo do IRPH.

Figura 137: Fotografia do imóvel, sem data



Fonte: Acervo do IRPH.

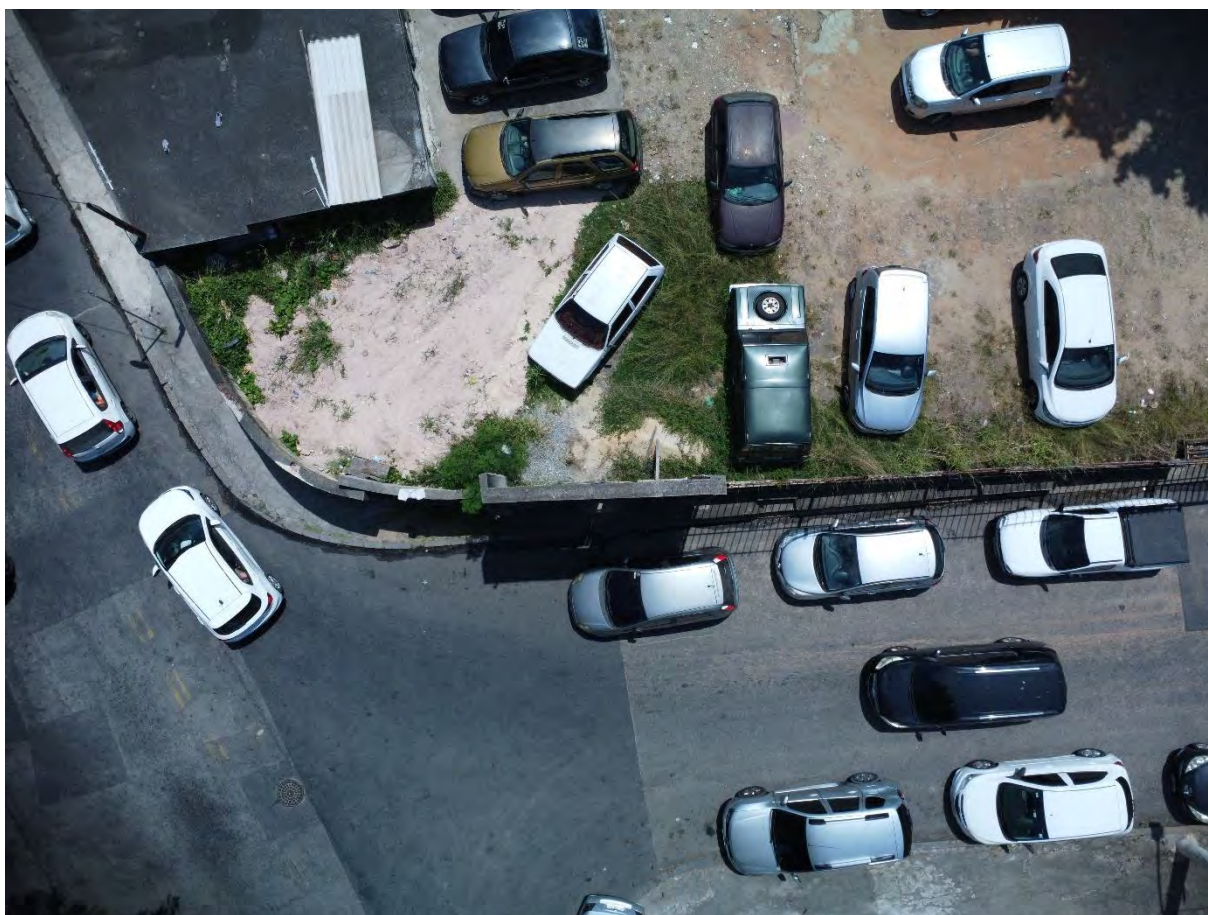
Com os dados históricos obtidos foi gerada a documentação do imóvel conforme seu estado de conservação mais antigo (ainda com seus elementos preservados), e com as imagens do levantamento com drone foi gerada a documentação conforme o estado atual da edificação. O modelo 3D e os desenhos arquitetônicos foram elaborados utilizando o software Sketchup, ferramenta digital de representação arquitetônica. A técnica utilizada para desenvolver a geometria do objeto consistiu na prática de desenho de observação aplicado diretamente aos recursos digitais.

Figura 138: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023



Fonte: Acervo do autor.

Figura 139: Imagem do levantamento de drone, dezembro de 2023

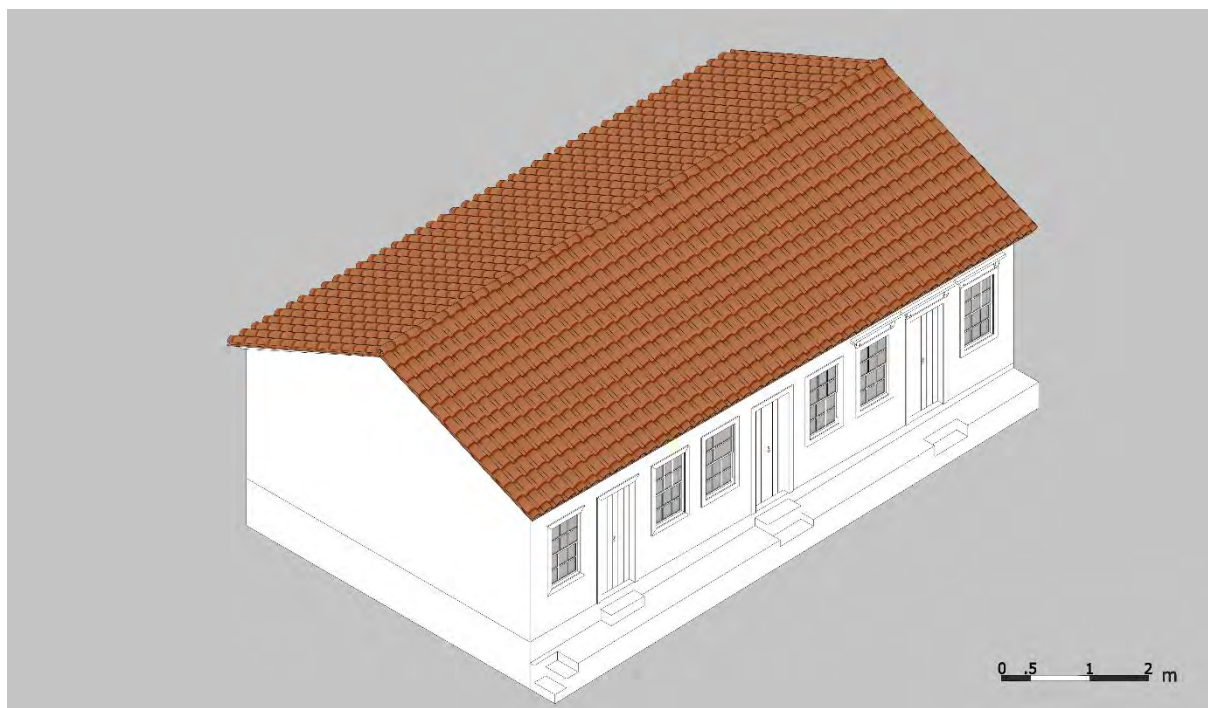


Fonte: Acervo do autor.

A edificação preservada que antes eram três moradias, hoje está em ruínas. A fotografia histórica evidencia uma construção modesta, típica da arquitetura residencial tradicional de Santa Cruz, com um volume simples, telhado cerâmico e esquadrias simétricas em madeira, que contribuíam para a harmonia da fachada e sua integração com a paisagem urbana local. O estado atual, entretanto, revela uma situação crítica: grande parte da construção foi demolida, restando apenas uma pequena porção da fachada frontal com graves sinais de degradação estrutural, abandono e vandalismo.

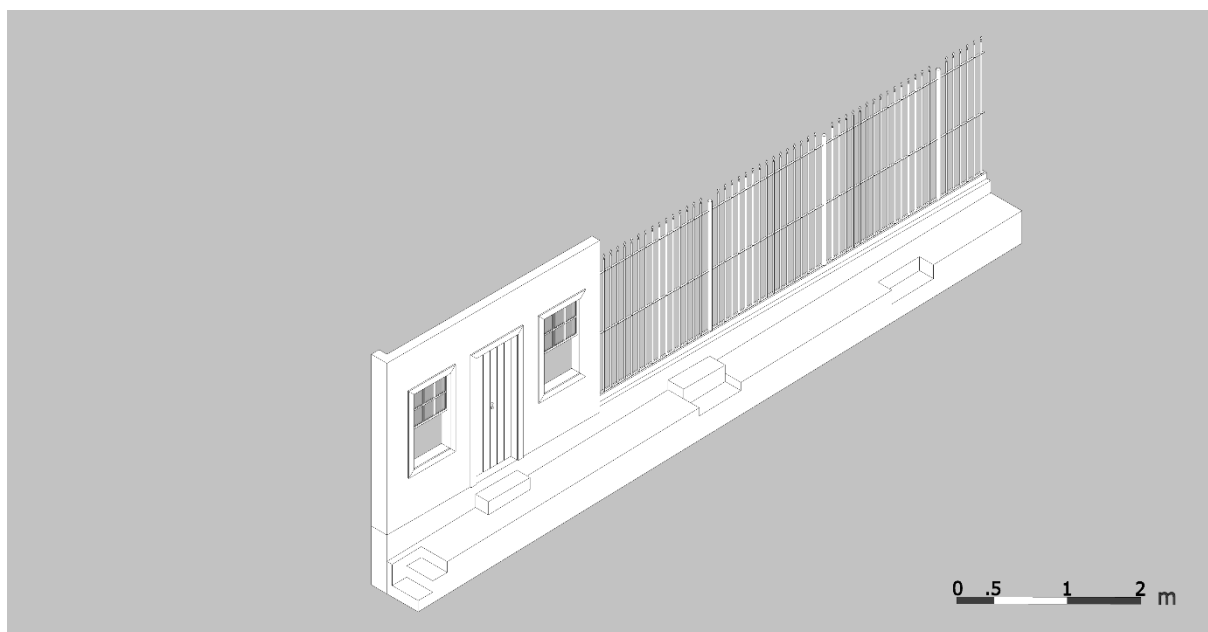
Elementos essenciais como o telhado foram totalmente removidos, comprometendo não apenas a aparência histórica, mas também a própria estabilidade estrutural da edificação. A presença de pichações e a ausência completa de manutenção indicam claramente um abandono total. A edificação, originalmente construída para o uso residencial, foi demolida para dar espaço a ocupação de um estacionamento rotativo. O pouco que ainda resta da edificação está sendo gradativamente perdido, devido as ações do tempo e principalmente ao descaso da situação.

Figura 140: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



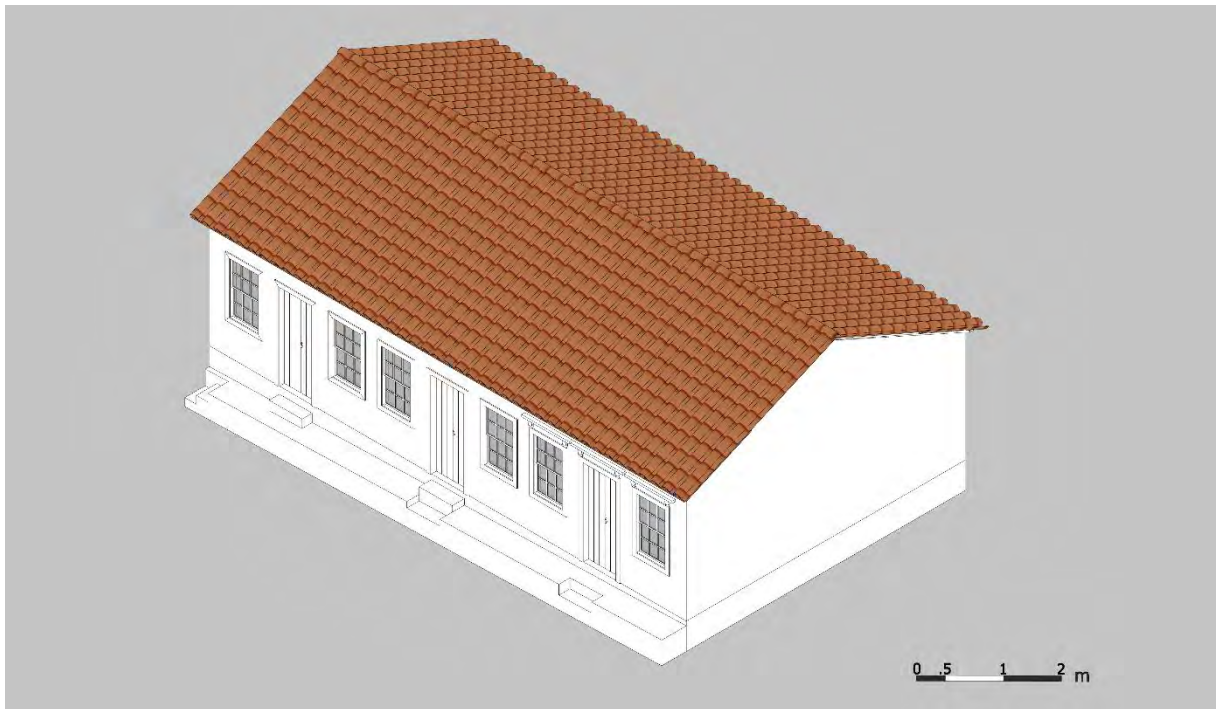
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 141: Documentação da edificação conforme seu estado atual



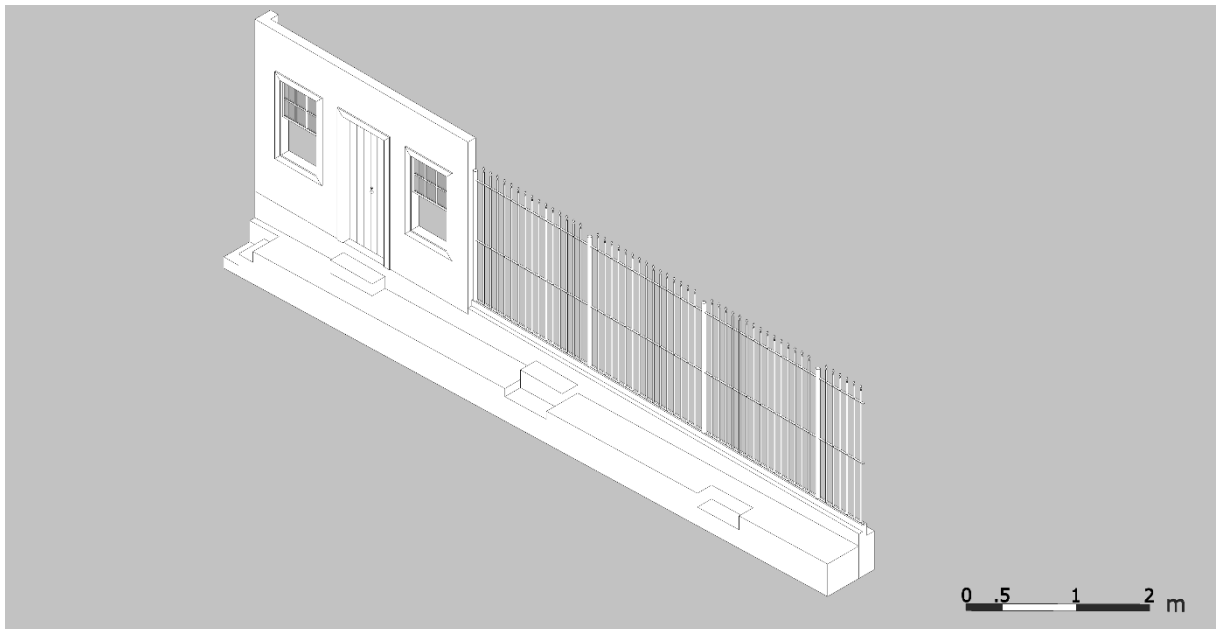
Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 142: Documentação da edificação conforme seu estado antigo



Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 143: Documentação da edificação conforme seu estado atual



Fonte: Produzido pelo autor.

5.9 Disseminação da Documentação Elaborada

O acesso aos resultados desta pesquisa foi disponibilizado a partir da plataforma online e gratuita do Google: o Google My Maps. Através dessa plataforma as informações foram organizadas e compiladas de maneira simples e intuitiva, funcionando de forma estratégica para disseminação e compartilhamento das informações reunidas durante o processo de documentação do patrimônio da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Cruz. Através da plataforma foi possível disponibilizar ao público geral, pesquisadores e gestores culturais uma base organizada e georreferenciada de dados históricos, arquitetônicos e urbanos.

A visualização espacial facilitada promoveu não apenas uma compreensão abrangente e imediata da distribuição e relevância dos bens patrimoniais locais, mas também o acesso democrático à documentação produzida. Dessa maneira, a ferramenta se consolidou como um valioso recurso para a educação patrimonial, permitindo a divulgação eficaz do conhecimento e fortalecendo o vínculo afetivo e identitário entre a comunidade e seu patrimônio cultural.

A metodologia adotada na elaboração do mapa interativo da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Cruz, consistiu em um processo estruturado de levantamento, organização e apresentação de informações georreferenciadas sobre o patrimônio histórico e cultural da região. Essa abordagem permitiu a criação de um recurso digital acessível, que integra dados espaciais e descritivos, facilitando a compreensão e valorização do patrimônio local.

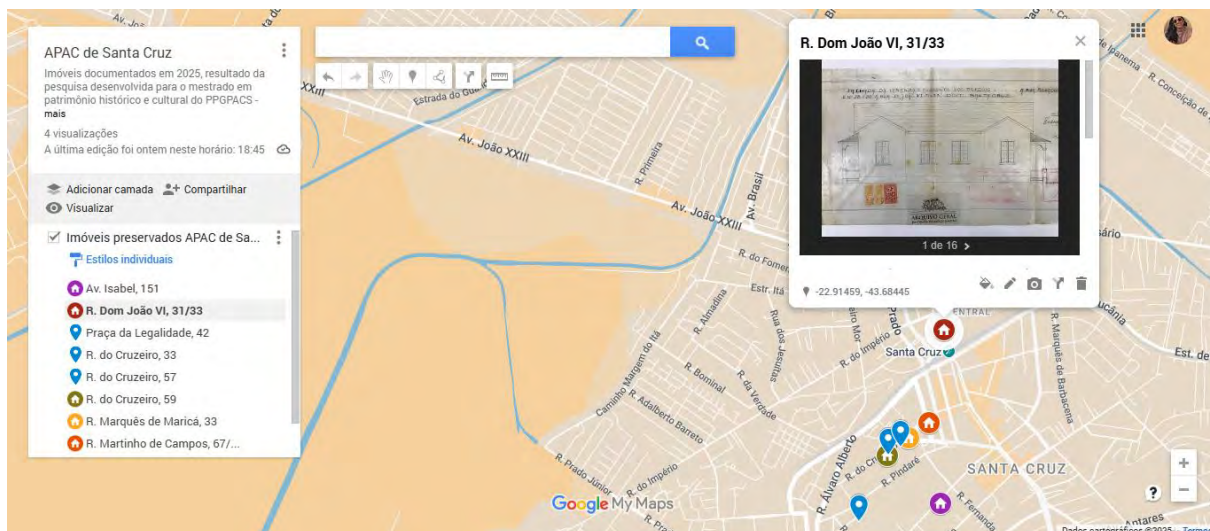
Uma das vantagens dessa ferramenta é a facilidade para atualizações. O mapa pode ser editado a qualquer momento, com a inclusão ou exclusão de informações conforme a necessidade ou a disponibilidade de novos dados.

No mapa, cada imóvel foi cadastrado individualmente, acompanhado de descrições, imagens atuais, informações históricas e representação de seu estado de conservação e grau de caracterização atuais, a partir da representação gráfica produzida. A interface intuitiva permite que o usuário navegue livremente, conhecendo a localização exata dos bens e suas particularidades. Essa metodologia favorece a democratização do acesso à informação, reforça práticas de educação patrimonial e amplia o engajamento da comunidade com a preservação de sua memória urbana, em consonância com as diretrizes de difusão e salvaguarda do patrimônio cultural, previstas no Plano Diretor da Cidade de 2024.

Link de acesso a plataforma Google My Maps:

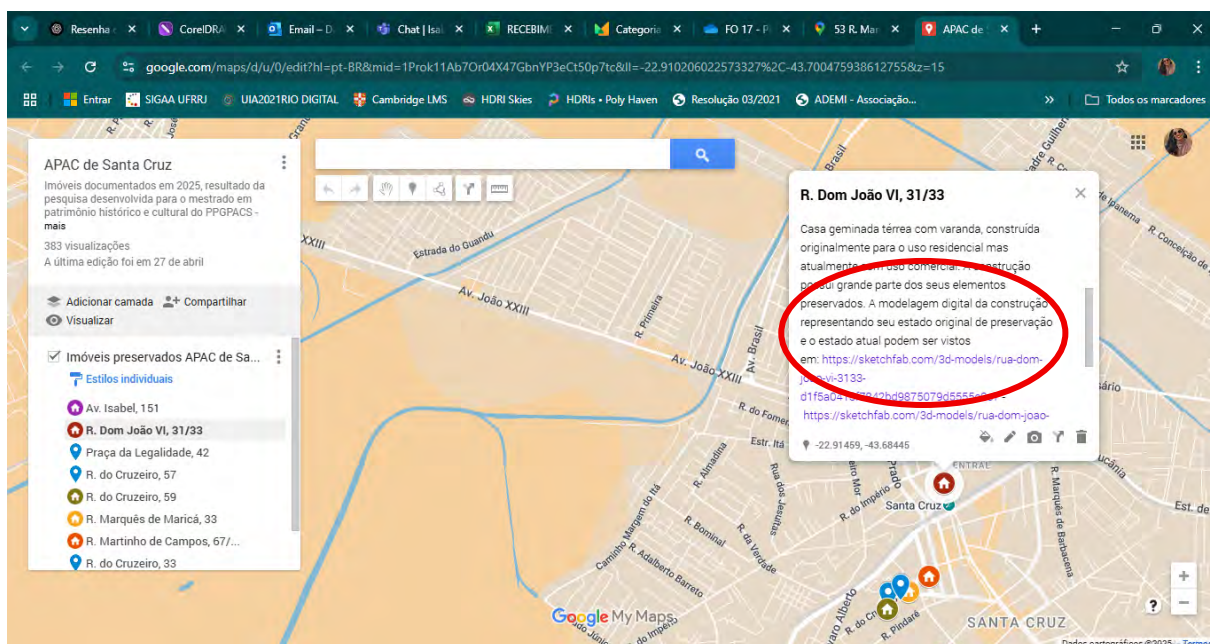
<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt-BR&mid=1Prok11Ab7Or04X47GbnYP3eCt50p7tc&ll=-22.91204415570118%2C-43.700475938612755&z=15>

Figura 144: Plataforma online elaborada para divulgação dos resultados da pesquisa



Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt-BR&mid=1Prok11Ab7Or04X47GbnYP3eCt50p7tc&ll=-22.912043638715254%2C-43.700475938612755&z=15>

Figura 145: Breve descrição do imóvel e link para acesso ao modelo 3D documentado



Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt-BR&mid=1Prok11Ab7Or04X47GbnYP3eCt50p7tc&ll=-22.912043638715254%2C-43.700475938612755&z=15>

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, pudemos compreender que a documentação patrimonial não apenas cumpre uma função de registro histórico, mas também atua como ferramenta ativa na promoção da educação patrimonial e na sensibilização social para a preservação dos bens culturais. A análise das edificações e das condições atuais da APAC de Santa Cruz revelou que, embora o bairro possua um conjunto significativo de testemunhos arquitetônicos, eles estão ameaçados por processos de descaracterização e degradação.

O uso de técnicas digitais para documentação, como a modelagem tridimensional e a criação de uma base de dados georreferenciados, demonstrou ser uma estratégia eficiente para a conservação, especialmente em contextos urbanos periféricos, onde a proteção efetiva do patrimônio enfrenta maiores dificuldades. A adoção dessas ferramentas viabilizou a produção de representações visuais de boa qualidade e com acessibilidade a diversos públicos, favorecendo a difusão do conhecimento sobre o patrimônio local e reforçando a identidade cultural da comunidade.

As pesquisas e os dados apresentados deixam cada vez mais evidente a vulnerabilidade dos bens históricos de Santa Cruz. Em visita realizada no dia 17 de outubro de 2023 ao 2º Escritório Técnico do IRPH, o relato sobre a APAC de Santa Cruz deixa, mais uma vez, confirmado o descaso com a região. O escritório, que conta com pouquíssimos profissionais – em torno de 8 pessoas –, é responsável por gerir e fiscalizar todas as áreas de proteção da cidade, além de todos os bens tombados.

A servidora Daniele Branco relatou que quase não chegam demandas sobre a APAC de Santa Cruz para serem analisadas, e devido à grande demanda de trabalho para poucos profissionais a fiscalização não é efetiva na região. O setor tem um caráter consultivo quanto as intervenções no patrimônio, emitindo parecer sobre projetos e modificações, no entanto, os projetos dos imóveis da APAC de Santa Cruz não chegam ao escritório, o que aponta, conseqüentemente, para intervenções, e até mesmo demolições, imprudentes e desregularizadas. De acordo com os registros encontrados no IRPH, as últimas fiscalizações na APAC de Santa Cruz ocorreram em 2014. A maioria das advertências aos imóveis estão relacionadas a anúncios e outdoors não autorizados, que impactam substancialmente a percepção da paisagem, mas que não estão relacionados diretamente aos elementos arquitetônicos.

A pesquisa revelou ainda que, apesar da existência do instrumento de proteção da APAC desde 1993, a sua efetividade esbarra em inúmeros desafios. A ausência de assistência técnica gratuita para a realização de intervenções adequadas, a falta de programas contínuos de

educação patrimonial, a carência de fiscalização e a pressão de dinâmicas de crescimento urbano desordenado contribuem diretamente para o atual cenário de perda da autenticidade arquitetônica do conjunto. A situação observada em Santa Cruz reforça a crítica presente em estudos sobre políticas públicas patrimoniais no Brasil, que apontam a distância entre a legislação existente e sua implementação prática.

Importante destacar que a documentação realizada não se limitou ao simples registro gráfico das edificações, ela buscou compreender e ilustrar as transformações sofridas ao longo do tempo, evidenciando os processos de descaracterização e suas implicações para a paisagem urbana. A análise crítica das mudanças nas construções permitiu não apenas registrar o estado atual dos imóveis, mas também estabelecer uma base para futuras ações de restauração, conservação ou reconversão, compatíveis com os valores históricos e culturais da região.

O uso do Google My Maps como plataforma de disseminação da documentação representou um recurso importante. Ao georreferenciar os imóveis preservados e associá-los a imagens e informações históricas, o projeto tornou possível um acesso mais amplo e democrático aos dados gerados, alinhando-se às diretrizes de gestão participativa e educação patrimonial defendidas em documentos internacionais como a Carta de Burra (1980) e a Recomendação de Paris (1962). A experiência prática demonstra o potencial das ferramentas digitais para transformar a maneira como o patrimônio cultural é apresentado, compreendido e valorizado pela sociedade.

A pesquisa também evidenciou as limitações encontradas para seu desenvolvimento. A impossibilidade de realizar levantamentos precisos nas edificações, devido à dificuldade de acesso aos imóveis privados, à ausência de registros históricos completos e à restrição de recursos financeiros, demonstra que a documentação patrimonial em áreas urbanas periféricas exige estratégias adaptadas à realidade local. Além disso, a aplicação do desenho de observação como método alternativo para a construção dos registros evidenciou o valor da prática arquitetônica na interpretação crítica dos bens, principalmente em contextos de escassez de dados técnicos.

A análise das políticas públicas nos mostrou que, embora existam iniciativas voltadas à preservação, ainda são insuficientes para garantir a conservação dos patrimônios menos monumentalizados, como é o caso da APAC de Santa Cruz. Além disso, a maioria das iniciativas, apesar de prever investimentos em patrimônio cultural, seguem priorizando bens tombados, perpetuando a invisibilização de conjuntos urbanos preservados sem tombamento formal.

A documentação do patrimônio, especialmente quando realizada com métodos digitais e difundida por plataformas acessíveis, cumpre um papel essencial não apenas como registro, mas como instrumento ativo de preservação, educação e engajamento social. **A experiência desenvolvida nesta pesquisa pode servir como referência metodológica para futuras ações de documentação** em outros conjuntos urbanos ameaçados, adaptando-se às suas especificidades e reforçando a importância da memória e da identidade cultural para a construção de cidades mais justas, diversas e sustentáveis.

Os resultados da pesquisa confirmam que a preservação do patrimônio cultural não pode ser vista como um esforço isolado, restrito a órgãos públicos ou especialistas, mas deve ser encarada como uma ação coletiva, interdisciplinar e contínua, onde a documentação se apresenta como uma das mais importantes ferramentas para a salvaguarda do patrimônio e da memória urbana. A APAC de Santa Cruz, com seu conjunto de edificações modestas, mas de imenso valor histórico e simbólico, é testemunho vivo da necessidade de práticas de preservação que aliem tradição e inovação, memória e transformação, passado e futuro.

REFERÊNCIAS

Pesquisa realizada em 2021, como trabalho final de graduação, mencionada ao longo do texto e que motivou esta pesquisa:

GONSALEZ, Daniele Constantino dos Santos. APAC DE SANTA CRUZ: INTERPRETAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO. Orientador: Ana Paula Ribeiro de Araujo. 2021. 181 f. TFG (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/374222662_AREA_DE_PROTECAO_DO_AMBIENTE_CULTURAL_APAC_DE_SANTA_CRUZ_INTERPRETACAO_DA_EFETIVIDADE_DO_INSTRUMENTO_DE_PROTECAO>. Acesso em 14 jan. 2025.

1º Seminário Nacional de Patrimônio, Ouro Preto – MG, 2022. In: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W-dU_O7RB_s&t=1184s>. Acesso em: 19 jan. 2023.

12º SESSÃO DA CONFERÊNCIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Recomendação de Paris Paisagens e Sítios. Escritório Internacional dos Museus. Paris, 1962. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ANTUNES DOS SANTOS, J. O Programa Monumenta e os principais programas de preservação antecedentes. *arq.urb.*, [S. l.], n. 34, p. 45–53, 2022. DOI: 10.37916/arq.urb.vi34.589. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/589>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ARAUJO, Ana Paula Ribeiro. Panorama da Utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TICS para a Documentação do Patrimônio Material Imóvel no Brasil. 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71647-panorama-da-utilizacao-das-tecnologias-digitais-de-informacao-e-comunicacao-tics-para-a-documentacao-do-patrimon/>>. Acesso em 29 jan. 2025.

ARAUJO, Ana Paula Ribeiro. Digital Heritage: A Aplicação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TICS para a Documentação do Patrimônio Material Imóvel no Brasil Segundo Pesquisas mais recentes. 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/59028-digital-heritage--a-aplicacao-das-tecnologias-digitais-de-informacao-e-comunicacao-tics-para-a-documentacao-do-p/>>. Acesso em 29 jan. 2025.

BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264088947_The_Historic_Urban_Landscape_Managing_Heritage_in_an_Urban_Century>. Acesso em 17 fev. 2025.

BELL, D. *The Historic Scotland Guide to International Conservation Charters*. Edinburgh: Historic Scotland, 1997. Disponível em: <

<https://www.engineshed.scot/publications/publication/?publicationId=befdca67-7782-4aee-8649-a5c300ab4cdf>>. Acesso em 08 abr. 2025.

BRASIL. Município do Rio de Janeiro (RJ). Decreto n.º 7.612, de 05 de maio de 1988. Dispõe sobre a decretação de áreas de proteção ambiental. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1988/762/7612/decreto-n->>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933. Ouro Preto como Monumento Nacional. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1933. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20erigida%20em%20Monumento,que%20determina%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20vigente>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CASTELLO, Lineu. A Percepção de Lugar: Repensando o Conceito de Lugar em Arquitetura-Urbanismo. Porto Alegre: Propar-Ufrgs, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5112>>. Acesso em 11 mar. 2024.

CHING, Francis D. K. *Arquitetura: forma, espaço e ordem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Disponível em: <<https://estudanteuma.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/arquitetura-forma-espac3a7o-e-ordem-parte-1.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2024.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/554251567/Choay-Francoise-a-Alegoria-Do-Patrimonio>>. Acesso em 22 mar. 2025.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA (CIAM). Carta de Atenas. Assembleia do CIAM. Atenas, 1933. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta de Burra*. 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO (CRECI-RJ). Três décadas após criação de APAC, desafio é recuperar imóveis. Rio de Janeiro: CRECI-RJ, 2023. Disponível em: <<https://creci-rj.gov.br/tres-decadas-apos-criacao-de-apac-desafio-e-recuperar-imoveis/>>. Acesso em: 14 jan 2023.

CONSEIL DE L'EUROPE. *Declaração de Amsterdã*. Amsterdã, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 08 mar 2024.

EASTMAN, Charles et al. *BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers and Contractors*. 2. ed. Hoboken: Wiley, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/302924419_BIM_Handbook_A_Guide_to_Building_Information_Modeling_For_Owners>. Acesso em 14 abr. 2024.

Guia das APACs – Santa Cruz, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172418/guia16.compressed.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GROETLAARS, Natalie Johanna; AMORIM, Arivaldo Leão de. Dense Stereo Matching (DSM): conceitos, processos e ferramentas para criação de nuvens de pontos por fotografias. *SIGraDi 2012 [Proceedings of the 16th Iberoamerican Congress of Digital Graphics] Brasil - Fortaleza 13-16 November 2012*, pp. 361-365. Disponível em: <http://itc.scix.net/paper/sigradi2012_95>. Acesso em 12 mar. 2025.

GRUSSENMEYER, Pierre; LANDES, Tania; VOEGTLE, Thomas; RINGLE, Kerstin. *Comparison Methods of Terrestrial Laser Scanning, Photogrammetry and Tacheometry Data for Recording of Cultural Heritage Buildings*. *The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, v. XXXVII, parte B5, Beijing, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228645072_Comparison_Methods_of_Terrestrial_Laser_Scanning_Photogrammetry_and_Tacheometry_Data_for_Recording_of_Cultural_Heritage_Buildings>. Acesso em 20 out. 2024.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Veneza, 1964. Tradução: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2000. In: IPHAN. *Cartas patrimoniais*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural*. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

IPHAN. Site do IPHAN, 2023. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

KAMINSKI, Juliana de Souza. A documentação de edificações como estratégia de preservação do patrimônio cultural edificado. *Arquiméd: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 15, n. 2, p. 98–113, 2023. Disponível em: <<https://seer.atitus.edu.br/index.php/arquimed/article/view/1852/1643>>. Acesso em: 13 abr. 2025.

LIMA CARLOS, Claudio Antônio Santos. Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (Apac): da Idealização à Banalização do Patrimônio Cultural Carioca. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/21/teses/702192.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2024.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2023.

Matéria do Jornal O GLOBO, 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/projeto-da-prefeitura-preve-12-milhoes-para-restaurar-imoveis-particulares-protegidos-por-lei-11135101>> Acesso em: 25 mar. 2023.

REMONDINO, Fabio; EL-HAKIM, Sabry. *Image-based 3D Modelling: A Review*. The Photogrammetric Record, v. 21, n. 115, p. 269-291, Sept. 2006. DOI: 10.1111/j.1477-9730.2006.00383.x. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227786426_Imagebased_3D_Modelling_A_Review>. Acesso em 20 out. 2024.

MURPHY, Maurice; MCGOVERN, E.; PAVIA, S. *Historic Building Information Modelling – Adding intelligence to laser and image based surveys of European classical architecture*. *ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing*, v. 76, p. 89–102, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/241582141_Historic_building_information_modeling_HBIM>. Acesso em 11 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Normas de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Quito, 1967. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*. Nairobi (Quênia), 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2025

OLIVEIRA, Juliana; TANNO, Janete. Reuso adaptativo de patrimônios históricos: uma abordagem sustentável para as cidades. *Revista RestauRO*, 12 jan. 2024. Disponível em: <<https://revistarestauRO.com.br/reuso-adaptativo-de-patrimonios-historicos-uma-abordagem-sustentavel-para-as-cidades/>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

OWEN, Ruth; BUHALIS, Dimitrios; PLENTICKX, Daniel. Identifying technologies used in Cultural Heritage. The 5th International Symposium on Virtual Reality, Archaeology and Cultural Heritage. VAST (2004). Y. Chrysanthou, K. Cain, N. Silberman, F. Niccolucci. Disponível em: <<https://diglib.eg.org/server/api/core/bitstreams/618770a2-1654-4f90-a21c-2735b20155d1/content>>. Acesso em 18 nov. 2023.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>>. Acesso em 09 abr. 2023.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, vol. 2, n.3, p. 3-15. 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2023.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: IPHAN. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 12.524, de 23 de dezembro de 1993. Criação da APAC de Santa Cruz. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4355643/4107494/santa_cruz_dec12524_93.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 1.707, de 17 de agosto de 1978. Estabelece condições de preservação ambiental e paisagística nas quadras compreendidas pela Rua da Carioca, Av República do Paraguai, Rua Sete de Setembro e Rua Uruguaiana. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/irph/apac#>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 6.403, de 29 de dezembro de 1986. Disciplina os procedimentos para o reconhecimento das isenções tributárias relativas aos imóveis de interesse histórico arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação ambiental. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_6.403_de_29_de_dezembro_de_196>.

[7.pdf](#)>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 7.374, de 17 de maio de 2022. Dispõe sobre o reconhecimento do Bairro de Santa Cruz como Bairro Imperial. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/7cb7d306c2b748cb0325796000610ad8/bf48a95f33937d94032588460048938f?OpenDocument>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 166, de 27 de maio de 1980. Dispõe sobre o processo de tombamento e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <[RIO DE JANEIRO. Decreto nº 35.879, de 05 de julho de 2012. Dispõe sobre o Rio como Patrimônio da Humanidade. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <\[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4455734/4112401/42562Dec35879_2012.pdf\]\(http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4455734/4112401/42562Dec35879_2012.pdf\)>. Acesso em: 07 mar. 2023.](http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dff/8b7be1c865682c08032576ac00738b09?OpenDocument#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20processo%20de%20tombamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=dezembro%20de%201983)-,Art.,se%20far%C3%A1%20compuls%C3%B3ria%20ou%20voluntariamente.> Acesso em: 07 mar. 2023.</p></div><div data-bbox=)

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 4.538, de 07 de maio de 1984. Bens tombados do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121067/007DECRETO4538PalaceteMatadouroSantaCruz.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 1.180, de 30 de dezembro de 1987. Dispõe sobre o tombamento do Matadouro Industrial de Santa Cruz. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121818/043LEI1180MatadouroSantaCruz.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 12.193, de 09 de agosto de 1993. Tombamento definitivo da Estação Ferroviária do Matadouro de Santa Cruz. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121875/083DECRETO12193AntigaEstacaoFerroviariaSantaCruz.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 29.131, de 24 de março de 2008. Tombamento provisório dos imóveis nº 119 e 121 da Av. Isabel no bairro de Santa Cruz. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4122094/262DECRETO29131BensSantaCruz.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 2.446, de 21 de junho de 1996. Preservação de conjunto arquitetônico e seu entorno no bairro de Santa Cruz. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do

Município do Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c5e78996b82f9e0303257960005fd93/b6ed80385aba5ba3032576ac00733792?OpenDocument>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 11.703, de 24 de novembro de 1992. Tombamento definitivo do Hangar de Zepelins. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121869/077DECRETO11703HangarZeppelin.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei complementar nº 232, de 07 de outubro de 2021. Estabelece condições especiais de incentivo para reconversão de imóveis protegidos e de edificações existentes, regularmente construídas e licenciadas. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=421620>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). Portal de Decretos Municipais. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024. Institui a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 17 jan. 2024. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2024/27/270/lei-complementar-n-270-2024-dispoe-sobre-a-politica-urbana-e-ambiental-do-municipio-institui-a-revisao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-sustentavel-do-municipio-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias?q=270>>. Acesso em 25 nov. 2024

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf(1).pdf)>. Acesso em 23 ago. 2024.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. Escritório Internacional de Museus. Atenas, 1931. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SYKES, Meredith H. Manual on systems of inventoring immovable cultural property. Paris: Unesco, 1984, 180pp. ISBN: 92-3-102080-3. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000063035>>. Acesso em 03 abr. 2023.

TOLENTINO, Mônica Martins Andrade. *A utilização do HBIM na documentação, na gestão e na preservação do patrimônio arquitetônico*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27947>>. Acesso em 11 jan. 2024.